



Joyce Ferreira Guimarães

**Inserção no mundo do trabalho:
as perspectivas de adolescentes em cumprimento
de medida socioeducativa de internação marcados
por uma identidade social estigmatizada**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Junho de 2014



Joyce Ferreira Guimarães

**Inserção no mundo do trabalho:
as perspectivas de adolescentes em cumprimento
de medida socioeducativa de internação marcados
por uma identidade social estigmatizada**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Irene Rizzini

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rita de Cassia Cavalcante Lima

UFRJ

Profa. Sueli Bulhões da Silva

PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Joyce Ferreira Guimarães

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2008. Especializou-se em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É assistente social da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Ficha Catalográfica

Guimarães, Joyce Ferreira

Inserção no mundo do trabalho: as perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação marcados por uma identidade social estigmatizada./ Joyce Ferreira Guimarães ; orientadora: Irene Rizzini. – 2014.
127 f.: il. (color.); 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.
Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. 3. Identidade social estigmatizada. 4. Inserção no mundo do trabalho. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico este trabalho ao Senhor Jesus Cristo. Foi Ele que nos momentos mais difíceis: quando meu corpo já não respondia aos estímulos, quando meus olhos já não queriam abrir, quando meus ossos doíam, quando a alma havia desistido; sustentou-me a prosseguir.

Agradecimentos

Aos meus pais, Celina da Silva e Fernando Ferreira, pela insistência em acreditar nas minhas potencialidades quando eu mesmo já não mais acreditava.

À minha irmã, Juliana Ferreira, meu cunhado, Paulo Ramos, e meu sobrinho, Gabriel Ramos. Sempre presentes não deixando que as frustrações parassem meu caminhar, muito menos as dificuldades do dia a dia.

À minha irmã, Beta Alves, ao meu primo, Glaiison Coimbra, e aos meus sobrinhos, Caio e Ane Coimbra, Obrigada pela paciência e pelo tempo despendido. Sempre disponíveis e dispostos. Eu sei como fui insistente.

À minha igreja, PIB Renovada em Santa Catarina, e meus irmãos em Cristo. Obrigada pelas Orações. Agradecimento especial a Pra Tina e aos adolescentes da UNA. Sempre na torcida e nas orações que muito me ajudou no momento da dissertação.

Aos meus familiares: avós, tios, primos e minha amada dindinha. Os de sangue e os postiços, os de perto e os de longe, os sempre presentes e os que pelas dificuldades não tão presentes. Me ensinaram que mesmo com os defeitos e com as contradições é possível ser feliz.

Aos amigos fundamentais que me ajudaram a permanecer de pé nestes anos de muitas dificuldades. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelas orações, pelos pensamentos positivos e pelos ouvidos para escutar as lamúrias: Antonio Junior e Cristina, Cintia Barros, Simone Bandeira, Monique Zanatta, Lilian Duca, Patrícia Nacif, Maria Clara do Nascimento, Thiago Cirne, Thiago e Ednéia Leal. Agradecimento mais que especial a Josias Rodrigues.

Às amiguinhas da carona NASFCRAS que estavam ao meu lado Vivianne Dexheimer e Aline Marques.

Ao meu querido Professor Jean Albert e minha supervisora amiga Marta Alves que sonharam comigo e foram inspiração para a concretude deste mestrado.

Aos amados amigos do CRAS Monsuaba: Nosso Pai de Todos Cacau, Vanessa Camacho, Vanessa Trindade, Josiane Menezes, Gonçalo Neto, Jéssica, Lício e Thiago Ramos.

Aos queridos amigos que conquistei nesta jornada. Amigos que guardarei por toda a vida. Sempre com uma piada ou uma palavra de incentivo garantia que escrevêssemos mais um parágrafo: Ana Carolina Azevedo, Ana Paula Jordão, Grazielle Felício, Inês Ribeiro, Keila Garcia, Keiza Nunes, Leandro Duarte, Michele da Costa, Monica Simões, Rachel Oliveira, Rejane Farias, Vanderlei Rocha e Vanessa Pontes.

À Roberta Orru que tão gentilmente me auxiliou.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e aos brilhantes professores.

Aos Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Musicoterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Agentes Socioeducativos e equipe da direção, amigos e colegas da Escola João Luís Alves. Ao DEGASE pela autorização para a realização da pesquisa. Às minhas amadas e eternas supervisoras Marise Neves e Celeste Moreira. A minha querida amiga Carla Alves.

Aos professores que comporão a banca, professoras Rita Cavalcante e Sueli Bulhões. Aos professores que estiveram em minha qualificação Rafael Gonçalves e Esther Arantes.

À minha professora e orientadora, Irene Rizzini, pela generosidade, paciência e disponibilidade. Mesmo com todas as minhas limitações possibilitou que o trabalho fosse concluído.

Resumo

Guimarães, Joyce Ferreira; Rizzini, Irene. **Inserção no mundo do trabalho: as perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação marcados por uma identidade social estigmatizada.** Rio de Janeiro, 2014. 127p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo tem por objetivo analisar as perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sobre sua inserção no mundo do trabalho. O panorama atual de novas configurações do trabalho intensificam as dificuldades de inserção para um grupo marcado pelo que denominamos de uma identidade social estigmatizada. Algumas indagações centrais orientam a pesquisa: que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e os impactos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Quais os reflexos da identidade atribuída ao adolescente e apropriada por ele, como “marginal”, “bandido” e “menor”, para a sua inserção no mercado formal de trabalho? Esta identidade se constitui socialmente, marcando um grupo exposto a contextos de vulnerabilidade, por questões de pobreza, etnia, escolarização, discriminação e exclusão do acesso aos direitos básicos. Assim, estes adolescentes carregam estigmas e estereótipos que contribuem para sua segregação no espaço urbano, principalmente na conquista do trabalho. O estudo em questão possibilitou algumas reflexões relevantes sobre os protagonistas da pesquisa, tais como: estes provavelmente terão oportunidades limitadas e serão ainda mais afetados com as mudanças estruturais do trabalho: desemprego, informalidade, rotatividade, entre outros. Suas possibilidades de acesso a certos direitos vêm sendo alcançados através da restrição do direito à liberdade, demonstrando uma lógica invertida da proposta desenvolvida pelo princípio da Proteção Integral. Estas são algumas das questões que parecem muito presentes nas vidas destes adolescentes, podendo estar relacionadas à alta reincidência e às motivações para a infracionalidade, como discutiremos nesta dissertação.

Palavras-chave

Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; Identidade social estigmatizada; Inserção no mundo do trabalho.

Abstract

Guimarães, Joyce Ferreira; Rizzini, Irene (Advisor). **Entry to the workforce: the expectations of stigmatized adolescents**. Rio de Janeiro, 2014, 127p. MSc. Dissertation - Department of Social Worker, Catholic University of Rio de Janeiro.

This study examines the viewpoints of adolescents who face stigma when they enter the work world. The current job market exacerbates this problem. The following questions are examined. How do the new demands of the job market impact stigmatized teenagers? What impact do the labels, lower-income, marginalized, and delinquent have? These identities are socially constructed and draw on ascriptions of ethnicity, education, and the fact of exclusion from basic rights. These students are particularly impacted by unemployment, the informal job market, and rapid job turnovers. The ascriptions made to them contribute to the infringement of their basic rights. This identity is constituted socially; marking an exposed the vulnerability contexts group by issues of poverty, ethnicity, education, discrimination and exclusion from access to basic rights. Thus, these adolescents carry stigmas and stereotypes that contribute to segregation in urban areas, mainly in achieving work. This study allowed some relevant thoughts on the protagonists of research, such as these are likely to have limited opportunities and will be even more affected by the structural changes of work: unemployment, informality, turnover, among others. Their access to certain rights are being achieved by restricting the right to freedom, demonstrating an inverted logic of the proposal developed by the principle of full protection. These are some of the questions that seem very present in the lives of these young people and may be related to high recurrence and motivations for infringement, as discussed in this dissertation.

Keywords

Adolescents; Stigmatized adolescents; Entry to the workforce; Expectations

Sumário

1. Introdução	17
2. As perspectivas de inserção no mundo do trabalho para os adolescentes com uma identidade socialmente estigmatizada	28
2.1. A centralidade do trabalho	28
2.2. O mundo do trabalho: uma análise da contemporaneidade e os reflexos do cenário atual para as inserções dos adolescentes	32
2.3. Atividades informais e ilegais como trabalho	39
2.4. Legislação e Políticas Sociais	44
3. A identidade social estigmatizada no espaço de cumprimento de medida socioeducativa	52
3.1. Contextos de vulnerabilidade	53
3.2. Conceito de identidade social estigmatizada	63
3.3. O sistema paradoxal	68
4. Os contornos da análise	73
4.1. Percursos da pesquisa	73
4.2. Tratamento dos dados	84

5. Considerações finais	107
6. Referências bibliográficas	111
7. Anexos	119
7.1. Anexo I – Plano da pesquisa de campo	119
7.2. Anexo II – Roteiro de entrevista	123
7.3. Anexo III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	126

Lista de Tabelas

Tabela 1- Média de anos de estudo por faixa de renda domiciliar per capita Brasil – 2006	37
Tabela 2- Crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade, residentes em áreas urbanas, que trabalham, pelas principais ocupações na semana de referência – Brasil 2009	43
Tabela 3- Inserção no trabalho relatado pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014	86
Tabela 4- Ano escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014	88
Tabela 5- Justificativas para evasão escolar relatadas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014	89
Tabela 6- Motivos para os Atos Infracionais relatados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014	93

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Brasil: evolução da taxa de desemprego por nível de escolarização e classes de renda em 2002 (%)	36
Gráfico 2- Percentual de jovens de 24 anos com 12 anos ou mais de estudo Brasil 2006 IBGE/PNAD	38
Gráfico 3- Crianças e adolescentes, residentes em áreas urbanas, que frequentavam a escola, por grupos de idade (%) Brasil 1999 e 2009	60
Gráfico 4- Número de adolescentes em relação à primeira passagem e reincidência pela Escola João Luís Alves, em janeiro de 2014	75
Gráfico 5- Idade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, em janeiro de 2014	76
Gráfico 6- Atos infracionais cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, em janeiro de 2014	77
Gráfico 7- Cidade onde os atos infracionais foram cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, em janeiro de 2014	78
Gráfico 8- Ano escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, em janeiro de 2014	79

Gráfico 9- Trabalho realizado pelo sistema socioeducativo
que auxiliou os adolescentes na inserção ao mercado de
trabalho, segundo os próprios adolescentes em cumprimento
de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís
Alves, entrevistados em janeiro de 2014

101

Gráfico 10- Dificuldades para a conquista de emprego,
relatadas pelos adolescentes em cumprimento de medida
socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves,
entrevistados em janeiro de 2014

104

Lista de siglas e abreviaturas

CIESPI/PUC-RIO	Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJLA	Escola João Luís Alves
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SBDCA	Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente
SBDCA	Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Dois caminhos se separaram em um bosque e eu...
Eu escolhi o menos percorrido
E isso fez toda a diferença.
(Robert Frost, 1916)

Introdução

Gostaria de me explicar, a equipe de técnicos está com dificuldade salarial, são cinco meses de atraso no pagamento, neste sentido estamos fazendo revezamento da carga horária e estamos demorando em atendê-los – Assistente social.

Cinco meses!!! Que isso! Lá na boca, quando a gente trabalha recebe na hora. A senhora está precisando de dinheiro? – Adolescente.

O diálogo acima foi a motivação para a minha trajetória de estudo até o mestrado. Enquanto profissional que trabalhava como assistente social do sistema socioeducativo, instigou-me compreender como o mundo do trabalho afeta a vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O mundo do trabalho e a infracionalidade podem parecer fenômenos distintos, mas estão imbricados por uma lógica social.

Neste estudo, foram empreendidos esforços na apreensão de perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sobre sua inserção no mundo do trabalho no Rio de Janeiro. A proposta foi identificar as formas como este mundo era percebido e vivenciado por estes adolescentes.

O panorama na atualidade é de novas configurações do trabalho, as quais intensificam as dificuldades de inserção para um grupo marcado pelo que denominamos de uma “identidade social estigmatizada”¹. Esta identidade se constitui socialmente, marcando este grupo tão exposto a contextos de vulnerabilidade por questões de pobreza, etnia, escolarização, discriminação e exclusão do acesso aos direitos básicos.

Identificamos que estes adolescentes possuem uma marca social duplamente estigmatizada por pertencer à base da pirâmide social e pelo cumprimento de medida que os associa ao mundo da criminalidade. Assim, estes adolescentes

¹ Inspirei-me no trabalho de Maria Zélia Melo (1999) para a adoção do conceito de identidade social estigmatizada. Adaptando ao meu estudo, refiro-me aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como marcados por esta identidade. Uma vez que, para a autora, a sociedade categoriza alguns indivíduos como “*nocivos*” e para estes são reduzidas as oportunidades. No segundo capítulo, esta discussão será aprofundada.

carregam estigmas e estereótipos que são criados e ratificam sua segregação no espaço urbano, principalmente na conquista do trabalho.

A partir daí, foram levantadas as indagações centrais que orientam a pesquisa: que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e os impactos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Essas mudanças foram capazes de produzir orientações importantes na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Quais são os reflexos desta identidade atribuída ao adolescente e apropriada por ele, como “marginal”, “bandido” e “menor”, para a sua inserção no mercado formal de trabalho?

Para o aprofundamento desta reflexão foi realizada revisão da literatura sobre o tema em estudo; discussão das principais mudanças no mundo do trabalho no que se refere sobre o acesso ao trabalho na contemporaneidade; análise do perfil e dos contextos de vulnerabilidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na cidade do Rio de Janeiro; e sobre os reflexos da identidade atribuída ao adolescente nas suas perspectivas para a inserção no mundo do trabalho.

O cenário é a construção do valor do trabalho, partindo do pressuposto de que a exploração da força de trabalho humano é imprescindível para a constituição da sociedade capitalista vigente. Neste processo, as contradições e desigualdades são inerentes, se confirmam e se intensificam pela conjuntura atual adotada pelo modo de produção capitalista.

As categorias conceituais exploradas neste estudo – **trabalho, identidade social estigmatizada e adolescente em cumprimento de medida socioeducativa** – configuram uma questão singular no debate sobre a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes na atualidade, principalmente a partir deste cenário de mudanças significativas nas relações sociais e acirramento da exploração da força de trabalho. Os eixos de discussão estão fundamentados na análise histórico-estrutural, sem descartar o caráter simbólico, cultural, social e político enraizado na sociedade brasileira.

O percurso escolhido para a análise (se) iniciou com a discussão sobre o trabalho e as mudanças estruturais no modo de produção capitalista ante a crise do

trabalho. Neste diálogo, cabem diversos questionamentos sobre atividades ilegais e informais como forma de trabalho, bem como as legislações que envolvem a temática e as políticas sociais de atendimento a esse grupo.

Inspirada pela tradição marxista e marxiana, apoiei-me nas obras de Marilda V. Iamamoto, Ricardo Antunes, Elaine R. Behring e Ivanete Boschetti, que desenvolvem relevantes estudos sobre a questão do trabalho e sobre políticas sociais. Como não poderia deixar de ser, diante destes marcos teóricos, foram exploradas referências diretas de Karl Marx.

O segundo capítulo foi reservado para discutir os contextos em que os adolescentes foram expostos. São apresentados dados para ilustrar as dificuldades vivenciadas pelos adolescentes no acesso aos direitos e políticas públicas. Fundamenta-se a discussão principalmente em pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CIESPI/PUC-Rio), entre outros.

De posse destes dados, com base na experiência de anos de trabalho com adolescentes, que são o foco deste estudo, fica palpável compreender como desenvolvem, recebem e internalizam uma identidade social estigmatizada. Foram inseridos neste capítulo os caminhos percorridos até a formulação da noção de identidade social estigmatizada, adotada neste estudo, com o suporte teórico de autores, como: Irving Goffman, Zygmunt Bauman e Maria Zelia de Melo. Estes autores contribuíram para a nossa compreensão sobre identidade e sobre seu processo de construção social.

Há também como alicerce analítico as produções das autoras: Irene Rizzini, Maria Vilela Iamamoto, Maria Ester Arantes e Maria Helena Zamora. Estas são fontes fundamentais para a análise relativa aos contextos de vulnerabilidade, possibilitando a apreensão de como a questão social, produzida por um sistema desigual, incide simbólica e materialmente na vida dos adolescentes.

Ainda no capítulo dois, coube o diálogo sobre a criminalização da pobreza e o encarceramento dos adolescentes. Os autores Michel Foucault, Loïc Wacquant, Celeste A. B. D. Moreira e Vera M. Batista apresentam reflexões importantes e elucidativas sobre o encarceramento e as contradições do sistema socioeducativo,

apontando como paradoxo o acesso a certos direitos somente a partir da perda do direito à liberdade.

O capítulo três foi reservado para a apresentação da pesquisa e dos caminhos trilhados para sua realização. Nesta parte, priorizou-se o reconhecimento do campo de pesquisa, assim como os atores pesquisados e os instrumentos utilizados.

A pesquisa foi realizada em um estabelecimento de privação de liberdade, uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), sendo este nosso campo de análise. Nossos dados foram coletados a partir de diferentes momentos de observação do campo e de entrevistas semiestruturadas com adolescentes que se encontravam nesta unidade. Foram selecionados adolescentes do sexo masculino com idade entre 16 e 19 anos em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Cidade do Rio de Janeiro.

Baseado principalmente nos depoimentos dos adolescentes, o propósito deste capítulo foi também reconhecê-los como protagonistas. Foram realizadas 20 entrevistas com adolescentes da unidade supracitada. Os atores pesquisados são, em muitos momentos, calados ou sem qualquer possibilidade de expressão no contexto em que vivem. Neste estudo, foram instados a falar numa condição diferenciada, o que dá vida às suas trajetórias. Entendemos como de fundamental importância apreender que estes adolescentes fazem parte de uma coletividade, mas com subjetividades e histórias individuais.

A dissertação aqui apresentada tem importante relevância social. O debate provocado contribui para reflexões e propostas de um atendimento diferenciado pelos executores da política social e socioeducativa. Esperamos também que contribua para inspirar políticas e ações que garantam direitos a uma população que possui uma identidade com marcas profundas de estigmatização.

Experiência e trajetória pessoal como assistente social

Este trabalho representa minhas indagações enquanto assistente social do sistema socioeducativo. Em 2009, ingressei em uma unidade de internação do Estado do Rio de Janeiro como profissional responsável pelo acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas famílias. Permaneci naquele espaço até o ano de 2012.

O episódio relatado nesta introdução, em forma de epígrafe, suscitou o início da pesquisa. Em atendimento técnico ao adolescente, a equipe explicita que seu acompanhamento será prejudicado por conta do revezamento de carga horária de trabalho. Esta equipe estava com um atraso salarial considerável.

O vínculo de trabalho era extremamente precário. Não possuía qualquer espécie de contrato. O sistema socioeducativo recebia verbas do Governo Federal para realizar uma pesquisa, um atendimento especializado e\ou um tratamento dos adolescentes, mas não poderia fazer o pagamento de forma direta aos técnicos. Desta forma, o sistema repassava a verba para uma instituição estadual de educação que realizava o nosso pagamento salarial. Esses trâmites faziam com que os atrasos chegassem a meses.

A partir daí, comecei a refletir e a indagar os adolescentes sobre o mercado de trabalho e suas perspectivas. Percebi que os adolescentes tinham a carteira assinada como um sonho, mas este sonho parecia, por vezes, inalcançável. Além da carteira assinada, muitos relatavam desejo de seguir a carreira militar: Corpo de Bombeiros, Marinha e Exército. Entretanto, estes dificilmente chegariam a conquistar seus anseios. Muitos retornavam para a infracionalidade ou ingressavam em atividades informais.

Como dado, tivemos uma informação não oficial de que estes adolescentes ao se alistarem nas carreiras militares, aos 18 anos, nunca seriam selecionados, pois estas instituições realizavam uma pesquisa social, ainda que irregular, e ao descobrir que o adolescente havia passado pelo sistema socioeducativo, o eliminava da seleção.

Ademais, poucas eram as reais atividades realizadas no sistema socioeducativo que proporcionavam chances de ascensão financeira ou colocação

no mercado formal de trabalho. Na unidade em que trabalhava, um importante grupo de ensino profissionalizante passou a oferecer dois cursos aos adolescentes: mecânica e auxiliar de cozinha. Inicialmente, pela imagem social da profissão, o curso de mecânica foi o mais procurado. Entretanto, com a possibilidade de inserção em um estágio remunerado – uma parceria entre o sistema socioeducativo e um hospital, onde os adolescentes formados tinham a chance de trabalhar como auxiliares de cozinha e receber uma bolsa-auxílio – e algumas colocações no mercado de trabalho, o curso de auxiliar de cozinha tornou-se o mais procurado pelos adolescentes. Vale salientar que, além dos motivos citados, a não procura pelo curso de mecânica se deu também pela dificuldade que o curso exige, com a ministração de aulas teóricas através de conteúdos com os quais os adolescentes pouco tinham proximidade.

Em outros episódios foi possível observar como os adolescentes se apropriavam da identidade social estigmatizada imposta pela sociedade: anulavam seu nome e apresentavam-se com o número de sua matrícula no sistema ou o artigo do código penal análogo ao ato infracional imputado a ele. Informavam que: *Eu sou bandido, Eu sou 157, Sou ladrão, Sou o Zulmira* (local de atuação no tráfico). Mais ainda, os adolescentes não olhavam nos olhos das pessoas ou andavam de cabeça erguida, estes gestos para o sistema podem ser indícios de indisciplina, portanto não aceitáveis.

Como outro exemplo, na progressão de medida, um adolescente passou o primeiro dia em sua casa depois de quase três anos institucionalizado. Este afirmou para a equipe que ficou em frente à sua geladeira por cinco minutos sem saber se poderia abrir ou não. São impactos de anos de extrema subalternidade no sistema, com a anulação de seus desejos, sonhos e vontades.

Por vezes, a desproteção social é tão grande que a identidade social estigmatizada fica enraizada na vida do adolescente e as intervenções da equipe do sistema não são capazes de amenizá-la. Lembro-me de um caso do adolescente que seu sonho era ter uma família. Ele estava em situação de rua desde a tenra idade. No sistema, ele foi inserido em um programa municipal de inserção familiar, no entanto não sustentou a grande mudança com a inclusão na família e evadiu dias depois.

A equipe empenhava-se em garantir condições mínimas aos adolescentes e efetuar um trabalho pautado nos direitos. Contudo, muitas vezes, éramos engolidos pelas diversas requisições e burocracias. Muitos desses profissionais descreditavam que quaisquer mudanças reais poderiam acontecer na vida dos adolescentes ou melhores condições de trabalho na instituição, assim, cumpriam apenas com as diversas solicitações. Outros, mesmo com o discurso de “enxugar gelo”, não se abatiam e caminhavam para as lutas cotidianas contra as forças hegemônicas.

Muitos pesquisadores, em seus estudos, culpabilizam as equipes e o próprio sistema pelas mazelas que os adolescentes estão expostos. Eu mesma já fiz isso outrora. Entretanto, a inserção no sistema me fez compreender que existem pessoas reais lutando no dia a dia pela qualidade dos serviços prestados.

As atividades burocráticas cumprem seu papel, freiam as ações, inibem as reflexões e desarticulam as lutas. Mas quero deixar registrado que há profissionais que não se acomodam e têm buscado articular estratégias para superação das dificuldades e buscam formas constantes de prestar um serviço de qualidade.

Não passei a defender o sistema socioeducativo, passei a compreender que ele faz parte de uma lógica maior. Até porque o sistema socioeducativo representa o executor terminal, quando todas as outras instituições falharam. E que os trabalhadores são pessoas de carne e osso e também são os explorados. Ainda que sejam parte do braço coercitivo do capital, demandados por um Estado para conter uma classe miserável sem condições de absorção no mundo do trabalho, muitos possuem uma ideologia e vontade de lutar por mudanças reais nesta estrutura.

Instigada pelas contradições, a reflexão conduziu-me a buscar respostas em outro âmbito. A intervenção profissional era composta por ações importantes, entretanto, pontuais e, por vezes, individualizantes. O debate acadêmico tem proporcionado discutir em outras instâncias possibilidades de intervenções mais coletivas.

Passamos a interpretar que o sistema capitalista busca constituir cada vez mais lucros, forma uma determinada classe como excedente, não elegível ao mercado de trabalho. O encarceramento, como outras instituições do Estado – escola, saúde, Assistência Social, entre outras -, pode se tornar uma maneira de

garantir o alívio das tensões desses excedentes, por representar um aparato de controle das massas.

Porém a violência circunda esta instituição, tanto perpetrada pelos adolescentes como pelo sistema (prática historicamente revelada). Aquela é um elemento indissociável desta relação.

Tal como Iamamoto (1992) descreve sobre o Serviço Social, não passamos a ter uma visão fatalista ou messiânica do sistema socioeducativo; não o identificamos como único vilão ou salvador das mazelas; identificamos que são possíveis ações para garantir, ainda que não na totalidade, certos direitos aos adolescentes. Temos bem claro a função do sistema dentro da lógica capitalista de criminalização e contenção dos pobres.

Sobre a minha relação com os adolescentes, estes se mostravam desconfiados, desafiadores e indisciplinados. Conviver e trabalhar com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não é uma tarefa simples. Ainda assim, também não passei a culpabilizá-los pelas mazelas.

Com todas as impressões citadas, em 2014, retorno a esta mesma unidade, agora não como profissional, e sim como pesquisadora. Com a tarefa de suscitar questionamentos e estranhar o conhecido.

Fui muito bem recebida e acolhida pelos diretores e equipe profissional. Todos foram solícitos em me auxiliar na pesquisa, até mesmo os novos trabalhadores que lá estão.

Fui convidada a participar de um trabalho em grupo com uma psicóloga da unidade, no qual contamos com a participação de quatro adolescentes. A atividade teve como tema o “trabalho” Os adolescentes, a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA)², descreveram quais profissões gostariam de seguir e como poderiam alcançá-las.

No grupo, os adolescentes escolheram profissões pela imagem social imposta a elas: advogado e soldado do exército. Apenas um escolheu pedreiro,

² Instrumento pedagógico previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE – como parte do planejamento e execução do plano de vida e de cumprimento da medida por parte do adolescente e equipe. O Sinase, Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, por sua vez, é o conjunto de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas.

porque ao sair da Unidade trabalhará com o pai nesta atividade. Descreveram a grande circulação de dinheiro no tráfico e o prazer de estar armado.

Senti certa tensão entre os adolescentes no grupo. Depois indaguei sobre o que havia acontecido, quando me foram relatadas as questões das facções. Felizmente a atividade não foi interrompida por isso, seguiu normalmente. Nesta Unidade, apesar de separados nos alojamentos por facções, ainda é possível realizar atividades no mesmo espaço, embora haja pouca interação.

As facções são reflexos não da unidade, e sim das segregações no espaço urbano. Ainda que a facção represente uma forma de fragmentação de uma classe social, também representa proteção nos territórios. Este assunto será melhor explorado no segundo capítulo.

No início da pesquisa, percebi um clima tenso na unidade. Acredito que, devido a confrontos com os adolescentes, todos estavam um tanto apreensivos pela possibilidade de novos levantes. Foi nos revelado que no final do ano os adolescentes estavam agitados e iniciaram conflitos para fuga, mas a tentativa foi abafada.

Todavia, para acalmar os ânimos, conforme um adolescente nos informou, algumas concessões tiveram que ser feitas: uma delas foi a permissão de cortes de cabelo de preferência dos adolescentes. Quando trabalhava na unidade, todos os adolescentes deveriam raspar a cabeça, os cortes “modernos” poderiam demonstrar indisciplina ou ligação com facções.

Nos momentos em que não estava realizando a entrevista com os adolescentes, aproveitava para indagar dos profissionais sobre o sistema, as mudanças e as dificuldades. Certo profissional, extremamente engajado pela garantia de direitos dos adolescentes, destaca que o sistema vem fazendo muitas concessões e que isso não significa Proteção Integral. Informa que:

Muita coisa mudou. Mas perderam a mão. Até para direito precisa de limite.

Alguns profissionais relataram a preocupação com os cursos oferecidos no DEGASE. Estes deveriam ter possibilidades reais de encaminhamento ao mercado de trabalho. Cursos como Ikebana e aulas de Tênis não proporcionam mudanças

na vida do adolescente. Além disso, a equipe das Varas da Infância e Juventude deveriam cobrar o funcionamento e resultados de tais atividades.

Muitas queixas dos profissionais sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano, como: grande volume de trabalho; poucos profissionais; cobranças excessivas, principalmente do judiciário; falta de reconhecimento do trabalho efetivado; entre outras.

Nos dias de pesquisa, a equipe estava muito apreensiva com as cobranças sobre os relatórios por parte da Promotoria de Justiça. Cobranças de certa forma legítimas. Contudo, não há espaço de discussão, escuta e pactuações com estes equipamentos. A relação que deveria ser intersetorial é hierarquizada.

Salientamos uma mudança importante: hoje é obrigatório que os agentes socioeducativos e toda a equipe refiram-se aos adolescentes pelos nomes, não pelos números de matrículas, como era realizado.

Foi inaugurada, no período, uma unidade no interior, Volta Redonda. Esta unidade possibilitará a descentralização das medidas socioeducativas e a convivência familiar e comunitária.

Apesar de dificuldades que serão relatadas adiante, encerramos a pesquisa sem maiores problemas.

Este estudo explora o lugar social imposto a um grupo profundamente estigmatizado, que, como apontamos, com frequência acaba assumindo uma identidade social estigmatizada, produto de processos históricos excludentes. Essa identidade garantiu possibilidades de sobrevivência, entretanto conduziu a uma invisibilidade social ou ainda a uma aversão social.

Em face ao exposto, e norteadas pelas questões já apresentadas, o estudo visa a reflexão sobre quais alternativas de trabalho há para os adolescentes marcados por uma identidade estigmatizada. Mais ainda, quais possibilidades esses sujeitos têm de sobrevivência nesta sociedade na qual o trabalho é central nas relações sociais.

É mais fácil colocá-lo aqui. Esse menino precisa de tratamento. Eu vi ele dando um surto. (Funcionário de uma instituição de privação de liberdade no RJ ao se referir a um adolescente com questões de saúde mental)

Depois que entrei para o crime a escola perdeu a importância. (Adolescente de 18 anos relatando sobre a interrupção dos estudos)

Os caras falaram que onde me ver vão me queimar. (Adolescente de 18 anos relatando as ameaças de policiais ao retorno à comunidade³)

³ Neste estudo, emprega-se o termo comunidade como sinônimo do território ou do bairro de moradia. Não como sinônimo de favela.

2

As perspectivas de inserção no mundo do trabalho para os adolescentes com uma identidade socialmente estigmatizada

Chega suado / E veloz do batente / Traz sempre um presente / Prá me encabular / Tanta corrente de ouro / Seu moço! / Que haja pescoço / Prá enfiar / Me trouxe uma bolsa / Já com tudo dentro / Chave, caderneta / Terço e patuá / Um lenço e uma penca / De documentos / Prá finalmente / Eu me identificar / Olha aí! / Olha aí! / Ai, o meu guri, olha aí! / Olha aí! / É o meu guri e ele chega!

Chico Buarque

Este capítulo tem por objetivo apresentar os elementos de discussão sobre a temática **trabalho**. Em primeira instância, faz-se necessário a compreensão do trabalho como condição basilar à constituição do ser, apropriado por uma classe social para a geração de valores de uso. A partir daí, discute-se a crise do trabalho e a fase atual do sistema capitalista vigente. O terceiro item apresenta elementos sobre a assertiva das atividades informais e ilegais como trabalho. Por fim, a análise das legislações e programas governamentais de incentivo à escolarização e profissionalização.

Os arcabouços teóricos marxiano e marxista são fundamentais nesta análise, uma vez que são as principais e mais importantes referências na área. Não descartamos outros autores não ligados a esta vertente analítica, pois também trazem contribuições fundamentais neste estudo.

2.1.

A centralidade do trabalho

O trabalho é uma atividade específica e vital ao homem. Caracteriza-se pela transformação da natureza pelo sujeito. E é nesta interação que se constitui objetos em valores de uso. Nesta perspectiva, o trabalho “(...) é um processo entre

o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. (Antunes, 2004, p.30)

A especificidade humana desta ação se dá pela capacidade de antecipação, o pôr teleológico⁴, e pelo uso e criação de meios de trabalho. Os meios de trabalho são condutores da ação teleológica de transformação em valores de uso. Como aponta Iamamoto, o trabalho é um ato histórico, já que através dele o homem se torna um indivíduo capaz de criar respostas às suas necessidades materiais e constituir novas necessidades e qualidades, numa interação de produção material e subjetiva. A possibilidade de constituição de novas necessidades e respostas a estas exigências dota o homem de faculdades para a evolução, com o usufruto de suas capacidades intelectuais e emocionais. O conhecimento e o trabalho tornam-se inseparáveis (Iamamoto, 2012).

Diante desta lógica, na sociedade capitalista, o trabalho ocupa uma função central na vida do homem. Ele atribui ao indivíduo uma existência social e cria condições para a construção do ser social. É a partir dele que as relações de sociabilidade são estabelecidas (Antunes, 2004).

Entretanto, esta sociabilidade através do trabalho foi apropriada pela classe burguesa que estabeleceu uma relação perversa de exploração capital x trabalho, a fim de garantir uma acumulação de riquezas e conseqüentemente a polarização entre os proprietários dos meios de produção e os que vendem a força de trabalho. Em um período de ascensão de novas formas de circulação de mercadorias, os capitalistas apoderaram-se dos meios de produção, restando aos trabalhadores vender a sua força de trabalho e consumir os produtos para a sobrevivência.

O trabalho é a única mercadoria que garante lucros, já que os valores são expressos pela quantidade de trabalho humano necessário. Desta forma, a venda da força de trabalho humana constitui a única forma de criar valores de uso.

A apropriação do valor de uso da força de trabalho humana necessita de uma sociedade na qual haja a separação crescente entre os possuidores dos meios de produção - com intenção de acumular riquezas - e trabalhadores livres,

⁴ A capacidade humana de projetar o fim de sua atividade laborativa. Segundo Iamamoto, “A dimensão teleológica é a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realizá-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas realiza seus próprios fins”. (Iamamoto, 2012, p.40)

vendedores de mão de obra alijados dos meios de produção e sem propriedades. Assim, com “(...) esta polarização do mercado das mercadorias estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista” (Marx, 2011, b).

No sistema capitalista, conforme Antunes define (2004), a força de trabalho adquire um duplo caráter: torna-se alienado, fetichizado e assalariado; e torna-se a única mercadoria com capacidade de criar novas mercadorias e de gerar riquezas. O trabalho torna-se central nas relações capitalistas.

Marx destaca que do ponto de vista do capitalismo:

O processo de trabalho é apenas o consumo de mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (Marx, 2011, p. 219, a)

Esta relação mostra-se perversamente inscrita na história, na qual as estruturas da sociedade feudal criaram bases para a constituição da sociedade capitalista. Uma determinada classe com ambições de acumulação de riquezas subjuga outras a condições subumanas, com justificativas mil, entre elas, meritocráticas e até mesmo celestiais. (Marx, 2011, b).

Para Marx, a transformação de escravos em trabalhadores livres são propósitos deste modo de produção, uma vez que:

(...) por outro lado estes recém-libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois de lhes serem roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. E a história desta sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo. (Ibidem)

A mercadoria “força de trabalho humana” torna-se objeto de troca pelo equivalente em dinheiro. A apropriação não se dá apenas da força física, mas também das capacidades mentais e emocionais dos indivíduos. (Iamamoto, 2012)

As relações sociais se estabelecem na interação dos indivíduos para a produção e reprodução da vida material. As relações entre os indivíduos estão veladas pelas relações das mercadorias. Esta interação aparece como algo a-

histórico e neutro, entretanto estão impregnadas pelas lutas de classes antagônicas.

Nesta direção, Iamamoto aponta que:

É preciso também dar conta da forma social do processo de trabalho, isto é, das relações sociais através das quais se realiza aquele trabalho concreto, pois nesta sociedade o objetivo não é apenas produzir produtos ou serviços que satisfaçam necessidades sociais. O objetivo é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital investido. (Iamamoto, 2012, p.65)

A lógica capitalista caminha para a acumulação de riquezas infindáveis, para tanto, a exploração sem precedentes do trabalhador é fundamental. O objetivo é que o trabalhador:

(...) se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. (Antunes, 2004, p.143)

A igualdade não subsiste neste sistema. A desigualdade e o antagonismo de classe são inerentes ao modo de produção capitalista. De um lado, os possuidores dos meios de produção com forças materiais para adquirir mais lucros através da exploração, e do outro, os vendedores desta força de trabalho almejando a sobrevivência.

Em seu estudo, Behring e Boschetti (2011) destacam, em análise aos textos de Mandel, que “não existem tendências de equilíbrio no capitalismo”, ou seja, as contradições e agitações são próprias deste modo de produção. As autoras discutem que a busca incessante por mais lucros tende a gerar uma combinação de aceleração e desaceleração no capitalismo. As contradições e desigualdades deste sistema vão repercutir não apenas nas questões objetivas do trabalho mas também nas relações sociais dos indivíduos. Uma vez que, como já citado, as relações do modo de produção capitalista assumem a forma de relação entre mercadorias, enquanto na verdade caracterizam-se por relações sociais.

Tais contradições são expressas pelas crises econômicas e pela questão social. Uma intensifica a outra.

Há que se destacar que a questão social apresenta-se como “(...) disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas

por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais (...)” (Iamamoto, 2001, p.18).

A partir desta breve exposição sobre o modo de produção capitalista, segue-se uma análise sobre aspectos do mundo do trabalho e possíveis reflexos para a inserção dos adolescentes em foco, diante do contexto atual de crise do sistema capitalista.

2.2.

O mundo do trabalho: uma análise da contemporaneidade e os reflexos do cenário atual para as inserções dos adolescentes

O sistema capitalista é cíclico e modifica-se ao longo da história, reflexo das modernizações, lutas de classe e disputas políticas e econômicas. Como exemplo disto, o capitalismo, entre os anos de 1946 ao início da década de 70, viveu um período de grande ascensão e acumulação (Behring, 2009). Entretanto, a partir desta década foi iniciado um importante processo de transformações societárias, principalmente com modificações no mundo do trabalho. Surgia, segundo Netto (1996), um período de recessão econômica. Esta recessão deve-se à exaustão do padrão de produção e acumulação do capitalismo em sua fase monopolista.

Na análise de Behring e Boschetti, o período de 1970 foi antecedido por:

(...) um forte desenvolvimento das forças produtivas, em contradição cada vez mais intensa com as relações de produção. Nessas contradições residem os limites históricos para a onda longa de expansão e a entrada em um período de estagnação, a partir do início dos anos 1970 (...). (Behring & Boschetti, 2011, p.115)

Este panorama refere-se ao Brasil. No cenário internacional, os reflexos da crise foram iniciados no final dos anos 60, enquanto que, neste período no Brasil, o fordismo⁵ estava em ascensão. Para os brasileiros, os impactos deram-se no final da década de 70 e início dos anos 80 (Behring & Boschetti, 2011).

⁵ Para melhor compreensão desta assertiva, ver Behring & Boschetti (2011). Segundo as autoras, o período de 1960 foi marcado pelo “Milagre Brasileiro”, através de um modelo agressivo de

Na crise há a superprodução e a superacumulação sem possibilidades de expansão do mercado para consumo. O desemprego funciona como inflexão, de forma a manter a ordem, garantir o rebaixamento dos salários e a continuidade da produção. De acordo com Behring e Boschetti:

Na verdade, a partir daí, o desemprego passa a ser crescente, numa dinâmica na qual em cada recessão ele aumenta, sem ser revertido na retomada, considerando pequenos ciclos dentro da onda longa depressiva. (Behring & Boschetti 2011, p.117)

A partir principalmente da década de 90, novos padrões de gestar o modo de produção capitalista foram injetados na sociedade: avanço do ideário neoliberal com maior abertura do mercado e menos interferência do Estado, o processo de reestruturação produtiva com propostas para as relações trabalhistas e a financeirização do capital. Este conjunto fundamenta-se na teoria da supremacia mercantil como solução dos problemas relacionados à economia, trazendo consigo a privatização, a desregulamentação da economia, a competição, o individualismo, o enfraquecimento da classe trabalhadora e o acirramento das desigualdades. O Estado garante a hegemonia do mercado e restringe os direitos, portanto, há o agravamento da questão social.

Com a intenção de gerar segurança nos investidores, o aporte neoliberalista propõe uma redistribuição regressiva da riqueza através do desemprego e/ou subdesemprego e do arrocho salarial, provocando uma maior polarização entre ricos e pobres. (Laurell, 1995) As altas taxas de desemprego e a contenção das classes intensificam-se diante da crise. Como exemplo genuíno destas altas taxas de desemprego, Antunes (2006) aponta que o contingente dos bancários foi reduzido pela metade no período da década de 80 até o ano de 2005. Na indústria têxtil, foram reduzidos para 50% os postos de trabalho.

As mudanças no mundo do trabalho constituíram-se, sobretudo, pelo desemprego estrutural, diminuição da oferta de emprego, substituição dos postos de trabalho, ingresso de novas e avançadas tecnologias e precarização das relações

produção em massa de automóveis e eletrodomésticos. O modelo fordista de produção se caracteriza pela produção em massa de produtos padronizados com o aperfeiçoamento da linha de montagem. Nas relações trabalhistas, parte dos lucros seria transferida aos trabalhadores em forma de benefícios a partir da produtividade.

de trabalho. Nesta conjuntura, a massa populacional de desempregados, que engrossa a valorização do capital, continua a crescer exponencialmente. (Silva, 2009)

Estas altas taxas de desemprego foram intensificadas pelas flexibilizações dos contratos e acompanhadas pela redução dos direitos trabalhistas. Ganham espaço as subcontratações, terceirizações, trabalhadores flexibilizados, entre outros. Estes trabalhadores permanecem com vínculos frágeis ou até mesmo sem qualquer vínculo de trabalho a serviço das grandes empresas.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), “Cerca de 2/3 dos vínculos são desligados antes de atingirem um ano de trabalho e o tempo médio do emprego formal é de, aproximadamente, apenas 4 anos” (DIEESE, 2011, p. 15). Os dados deste departamento afirmam que a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro é “pró-cíclica”. São apresentados:

Os resultados da mensuração das taxas de rotatividade, mesmo depois de descontados os quatro motivos de desligamentos, decorrentes de transferência, desligamento a pedido do trabalhador, aposentadoria, falecimento, indicam taxas de rotatividade ainda bastante expressivas: em 2001, a taxa foi de 34,5%; em 2004, de 32,9%; em 2007, de 34,3%; em 2008, de 37,5%; em 2009, de 36,0%; e, em 2010, de, 37,28%. (DIEESE, 2011, p.15)

A rotatividade representa uma das facetas deste mercado de trabalho flexibilizado. A partir de vínculos precários, as contratações e descontrações crescem vertiginosamente. Dados do DIEESE apontam que estas altas taxas de rotatividade no Brasil crescem ao mesmo passo da expansão do mercado de trabalho. Entretanto, há de se compreender que tal como Mészáros (2006) afirma: em tempos de crise estrutural do trabalho, o “Mito da ‘flexibilização’ é uma maneira de dourar a pílula”, ou seja, as flexibilizações produzem uma sensação falaciosa de expansão do mercado de trabalho com abertura de vagas, todavia não há constituição de novos postos de trabalho. O que aparece nos dados é o aumento dos contratos de trabalho pelas entradas e saídas de trabalhadores sob forma de vínculos precarizados e instáveis. O referido autor continua sua tese afirmando que:

(...) a “flexibilização” em relação às práticas de trabalho – a ser facilitada e forçada por meio da “desregulamentação” em suas variadas formas -, corresponde, na verdade, à desumanizadora precarização da força de trabalho (...). A verdadeira preocupação das personificações do capital é promover a “flexibilidade do trabalho” e combater todas as formas possíveis dos “mercados rígidos de trabalho”. (Mészáros, 2006, p.34)

As consequências das modificações no modo de produção capitalista ficam mais intensas na classe pobre. Esta classe não é a única a sofrer com a reestruturação do capital, conforme exemplifica Pochmann (2006), entretanto, os impactos são mais acentuados por representar os “supérfluos”⁶ ao capital. Os pobres sobrevivem apenas pela venda de sua força de trabalho. Sem qualificação, em momentos de crise e enxugamento dos postos de trabalho, estes são os primeiros a serem descartados.

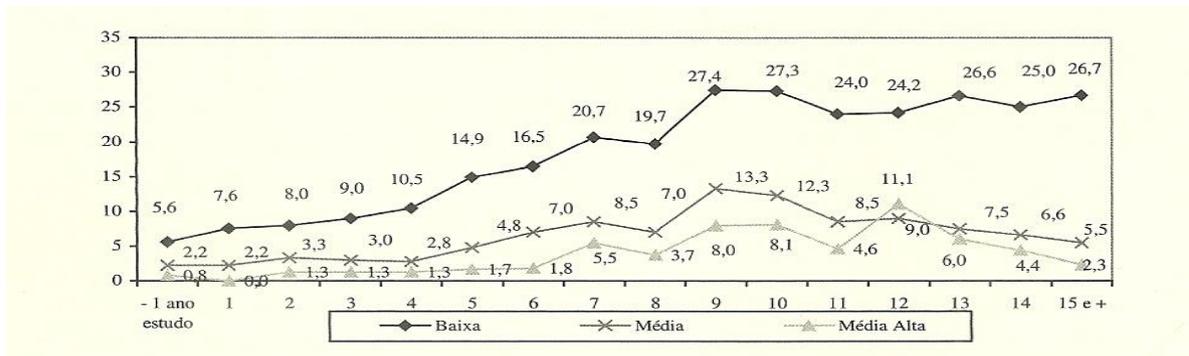
Em entrevista a Brandt (2009), o economista Degol Hailu argumenta que:

O desemprego (que deve aumentar 0,6% no mundo, em 2009, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho) atinge principalmente os mais pobres e menos especializados. Em contrapartida, essas pessoas são as últimas a conseguir emprego quando a estabilidade retorna e estão sujeitas a atividades informais, com segurança no trabalho e proteção legal comprometidos.

De acordo com Pochmann (2006), as taxas de desemprego entre os anos de 1992 e 2002 encontram-se em desenvolvimento nas classes pobres devido à baixa escolaridade e a disparidades de gênero e raça. O Gráfico 1 abaixo demonstra esta evolução da taxa de desemprego por nível de escolaridade e classe de renda em 2002 (em %).

⁶ Para melhor compreensão da noção de população supérflua para o capital, ver em: MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. 29. Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, Livro I, a.

Gráfico 1 - Brasil: evolução da taxa de desemprego por nível de escolarização e classes de renda em 2002 (%)



Fonte: Pochmann, 2006, p.66.

Na conclusão de seu trabalho, Pochmann afirma que:

Os números deixam bem claro que, nas faixas mais baixas de renda, o desemprego é mais elevado que a média para todas as classes.

(...) a escassez dos postos de trabalho se mostrou ainda mais crítica para os mais pobres. Para estes, a elevação da escolaridade tem significado taxas progressivamente mais altas de desemprego.

No caso da população negra, quanto maior o nível de renda, maior a elevação do desemprego. (Pochmann, 2006, p.73)

Nesta lógica de reestruturação do mercado de trabalho, tendo como foco a população jovem, em 2009 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou o relatório *Trabalho Decente e Juventude no Brasil*, o qual traz um diagnóstico importante sobre os jovens. Destaca-se que 49,3% dos jovens entre 15 a 24 anos na cidade do Rio de Janeiro estão na informalidade e 26% estão desempregados⁷. Dos homens jovens negros, 60,6% estão em situação de vulnerabilidade – compreendida como jovens desempregados ou na informalidade, ou que não estudam e não trabalham – em detrimento a 46,8% dos homens jovens brancos. (Costanzi, 2009, p.28)

⁷ Em função da necessidade de se estabelecer um padrão, a OIT utilizou neste estudo a faixa etária entre 15 a 24 anos, que tradicionalmente é empregada pelas Nações Unidas. A OIT ressalva que a Constituição Federal determina os 16 anos como idade mínima para o trabalho, admitindo a partir dos 14 anos apenas o trabalho na condição de aprendiz. Entretanto, o Estatuto da Juventude definiu como faixa etária de sua atuação os anos entre 15 aos 29, inclusive para o trabalho. Sendo os adolescentes entre 15 a 18 anos incompletos regidos pelas proteções e legislações específicas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990). Portanto, essa é a justificativa para o estudo focar nesta faixa etária.

O relatório *Trabalho Decente e Juventude no Brasil* também traz os índices de baixa escolaridade que estão concentrados nas camadas pobres e com o recorte étnico racial: os negros. Dos jovens brancos, 7,2% tem de zero a quatro anos de estudo e 29,5%, de 5 a 8 anos; no caso dos jovens negros, respectivamente, os números são 16,2% e 39,7%. Quando se refere aos anos mais elevados de estudo, os índices entre os jovens negros são quatro vezes inferiores aos índices dos jovens brancos - dos jovens brancos, 49,4% tem de 9 a 11 anos de estudo e 13,3%, de 12 anos ou mais de estudo, nos casos dos jovens negros são de 39,6% e 3,7%. (Costanzi, 2009, p.28)

A Tabela 1 abaixo apresenta a grande disparidade entre a renda per capita e a média dos anos de estudo, o que demonstra a relação entre a renda e as possibilidades de inserção nos graus mais elevados dos bancos escolares. Entre os homens de 16 a 18 anos de idade mais pobres, o percentual é de 5,76 de anos de estudos, enquanto para os com renda superior esse número é de 9,35 anos de estudo.

Tabela 1- Média de anos de estudo por faixa de renda domiciliar per capita Brasil -2006

Média de Anos de Estudo por Faixa de Renda Domiciliar <i>per capita</i> Brasil - 2006						
Quintil de renda (mais baixo para mais alto)	16 a 18 anos			19 a 24 anos		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1º	5,76	7,09	6,30	6,16	7,24	6,61
2º	6,70	7,68	7,11	7,38	8,72	7,94
3º	7,50	8,79	8,03	8,41	9,72	8,98
4º	8,41	9,42	8,85	9,58	10,62	10,04
5º	9,35	9,95	9,60	11,36	12,13	11,72

Fonte: Elaborado pela OIT/PREJAL, a partir dos microdados da IBGE/PNAD de 2006; Brasil como um todo, inclusive a área rural do Norte.

Fonte: Costanzi, 2009, p.30.

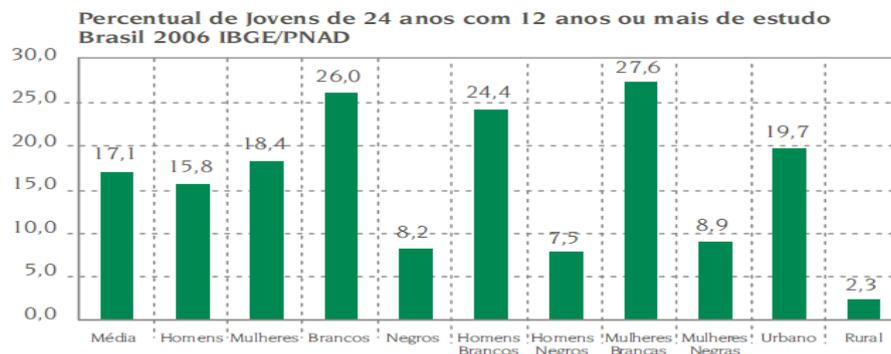
Em estudo, Soares constatou a grande disparidade de etnia/cor. O autor identifica que:

A cor também é catalisadora de condições desiguais de vida. Enquanto os brancos são aqueles que mais apresentam a possibilidade de só estudar, os negros são aqueles que mais aparecem na condição de só trabalhar, e estão entre os mais

desempregados ou que nada declararam. Entre 1993 e 2003, embora os negros tenham aproveitado mais a ampliação do acesso à escola (apresentaram um aumento proporcionalmente maior dentro da categoria daqueles que só estudaram), foram aqueles que mais ampliaram o desemprego. Desta forma, as mudanças ocorridas não incidiram de forma significativa na redução das grandes diferenças de oportunidades entre jovens brancos e negros na nossa cidade. (Soares, 2010, p.36)

Neste segundo gráfico, a OIT demonstra que apenas 7,5% dos homens jovens negros possuem 12 anos ou mais de estudos, em contrapartida a 24,4% dos jovens homens brancos.

Gráfico 2 - Percentual de jovens de 24 anos com 12 anos ou mais de estudo Brasil 2006 IBGE/PNAD



Fonte: Elaborado pela OIT/Prejal, a partir dos microdados da IBGE/PNAD de 2006; Brasil como um todo, inclusive com Norte rural.

Fonte: Costanzi, 2009, p.33.

A compreensão do quadro atual do mercado de trabalho e o aprofundamento dos agravos da crise na classe pobre constituem um cenário importante na apreensão do presente estudo. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa constituem alvo prioritário na composição dos “supérfluos”⁸ do capital.

Em análise ao sistema penal estadunidense, Wacquant (2012) traz uma reflexão semelhante à direção tomada pela sociedade brasileira na administração dos “supérfluos” diante da crise. Para ele:

⁸ Os “supérfluos” são a parcela de trabalhadores considerados dispensáveis pelo capital; o uso crescente de maquinaria substitui postos de trabalho humano. Esta substituição faz parte da lógica de autovalorização dos lucros capitalistas (MARX, 2002, b). Para melhor compreensão desta questão, ver página 39 desta dissertação.

(...) a contenção punitiva enquanto técnica de governo para administrar o aprofundamento da marginalidade urbana tornou-se parte efetiva da política social e penal no final do século XX. Esta técnica alberga a ansiedade social difusa que flui através das regiões medias e baixas do espaço social como reação à desintegração do trabalho assalariado e ao reaparecimento da desigualdade. (Wacquant, 2012, p. 20)

Os considerados “supérfluos” são os principais afetados com estas mudanças. O encarceramento torna-se alternativa para conter os que estão fora do mundo do trabalho e fora dos padrões das normas hegemônicas.

A próxima sessão compete analisar o que é considerado trabalho para este estudo.

2.3. Atividades informais e ilegais como trabalho

Como já explicitado, trabalho é o gasto de energia humana na transformação da natureza em valores de uso. De acordo com a análise marxiana, o trabalho é o:

Dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (Marx, 2011[1967], p. 175)

Diante desta perspectiva, qualquer atividade para a comercialização, circulação de mercadorias e geração de lucros onde foi empreendida a força de trabalho humana com a intenção teleológica é considerada trabalho. Assim, as atividades informais e, num sentido ainda mais ampliado, as atividades ilegais, tal como o tráfico de drogas, são trabalhos.

Estas atividades também compõem o mundo do trabalho, por isso adota-se esta noção como tema de estudo, representando de forma mais desenvolvida o trabalho coletivo que está situado na divisão social do trabalho como especializações da sociedade capitalista.

Sendo assim, optou-se por não se limitar a conceitos, como mercado de trabalho ou emprego, neste estudo, pois estes carregam uma visão restrita do trabalho. Destaca-se que aqui há uma diferença entre trabalho e emprego. De acordo com Losacco (2010):

O emprego registrado em carteira garante renda fixa e, como consequência, ganhos das conquistas trabalhistas. Os trabalhos autônomos, por sua vez, são buscas árduas diárias, sem garantia de ganho ou de qualquer benefício previdenciário. Na maioria das vezes, são “bicos” necessários à sobrevivência da família. (Losacco, 2010, p.72).

Fundamentando-se em Antunes (2004), com uma visão totalizante sobre o trabalho, cabe apontar que existe uma diferença entre trabalho produtivo e improdutivo. O autor aponta que trabalho produtivo é aquela atividade diretamente ligada à geração de valores de uso e de troca, demandada por um comprador da força de trabalho; trabalho improdutivo, por sua vez, caracteriza-se por gerar apenas valores de uso, assim como prestadores de serviços. Ainda que o trabalho produtivo represente a acumulação de mais valia diretamente pela apropriação do trabalho excedente, ambos são trabalhos. O trabalho improdutivo também garante a manutenção do sistema e valorização do capital, mesmo que não tenha um detentor da força de trabalho que a compre imediatamente para garantir o sobretrabalho.

Neste estudo, concebe-se que tanto os homens nas fábricas de automóveis como os adolescentes que comercializam a droga são trabalhadores. Tanto um quanto o outro continuam explorados e são os motores que fazem a engrenagem do sistema funcionar para a garantia da acumulação de riquezas.

No caso, os trabalhadores improdutivos, adolescentes trabalhadores das atividades ilegais, irregulares ou informais, formam o que Marx vai denominar de “exército industrial de reserva”.

Para o referido autor:

Uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um “exército industrial de reserva” disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o

tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (Marx, 2011, p.262, a)

Relacionando à análise de Marx sobre o “exército industrial de reserva” e o cenário do adolescente trabalhador de atividades ilegais, destaca-se a divulgação da ONU (2009) sobre os lucros estimados com o tráfico de drogas e atividades ilegais: estes chegam a 870 bilhões de dólares ao ano⁹.

O que pode transparecer, por vezes, é que os adolescentes e jovens trabalhadores finais do tráfico – “vendedores”, “aviõezinhos”, “vapores”, “gerentes”¹⁰, entre outros - são os beneficiários deste mercado milionário. Todavia, estes representam os assalariados deste mercado ilegal sem qualquer segurança previdenciária, salarial e/ou de seguros. São os excedentes do mercado que continuam a contribuir para a apropriação de mais valor. Assim, pode-se afirmar que o “exército industrial de reserva” tem duas funções primordiais: pressionar os trabalhadores a permanecer em seus postos de trabalho sob quaisquer condições e o barateamento dos salários (Durães, 2004).

Para Marx, estes excedentes possuem em suas características a capacidade da superpopulação relativa; todo o trabalhador faz parte dela durante o período de desemprego (Marx, 2011, b). Dentre as formas de existência desta superpopulação relativa estão as seguintes categorias: “fluyente”, “latente”, “estagnada” e “pauperismo”. Este estudo identifica similaridades com o objeto de pesquisa e a superpopulação relativa “estagnada” e o “pauperismo”.

De acordo com Marx, a superpopulação relativa “estagnada” constitui-se “(...) parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular”. (Marx, 2011, 272, a). Esses trabalhadores, integrantes do “exército industrial de reserva”, possuem condições de vida inferiores aos demais trabalhadores e formam a base da pirâmide das classes sociais (Marx, 2011).

Autores como Ramalho (2013) e Souza (2012) destacam ser a parcela que mais cresceu ao longo do período do avanço neoliberal. São representados por

⁹ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>> acesso em: 24 nov. 2013.

¹⁰ Categorias de trabalho dentro do tráfico de drogas.

“(…) trabalhadores parcialmente empregados, com ocupações ‘irregulares’ e temporários, ambulantes e trabalhadores sem registro” (Souza, 2012, 131).

O pauperismo por sua vez é, segundo Marx (2011,b), a mais profunda camada da superpopulação. Nela encontra-se a população condenada à miséria e à indigência.

Cabe apontar ainda uma camada social retratada por Max (2011, b) na superpopulação relativa: o *lumpemproletariado*. Nesta se incluem: “vagabundos, prostitutas e delinquentes” (Marx, 2011, 273, b).

O desemprego, a miséria e a população em condições de degradação representam as características da “lei absoluta geral da acumulação capitalista” uma vez que:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força do trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. (Marx, 2011, 273, b)

A população sobrando, descrita por Marx, tem características de vida semelhantes as dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Eles estão inseridos no mundo do trabalho, porém suas atividades não são aceitas pela sociedade. No entanto, contribuem para a manutenção das relações sociais. Ademais, as condições de vida não se modificam, circundam a pobreza, a miséria e a falta de acesso aos direitos em seus contextos.

Soares (2010) publicou em 2005, a partir de pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro com jovens entre 15 a 24 anos de idade, os seguintes dados: 44,4% tem o rendimento mensal de mais de um a dois salários mínimos; 25,3% tem o rendimento mensal de mais de meio a um salário; 6,5% tem o rendimento mensal de meio salário; 5,1% trabalham sem rendimento.

Segundo equipe de pesquisa do Ciespi – Centro Internacional de Pesquisa sobre a Infância (PUC-Rio) –, as crianças e os adolescentes residentes em regiões urbanas atuam principalmente como vendedores. Com destaque para as atividades

de ambulante. Cabe registrar a baixa idade das crianças e adolescentes pesquisados, entre 10 a 17 anos de idade¹¹.

Tabela 2 - Crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade, residentes em áreas urbanas, que trabalham, pelas principais ocupações na semana de referência – Brasil 2009

Ocupação na semana de referência	N	%
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	361.543	13,3
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	191.542	7,1
Trabalhadores agrícolas	152.326	5,6
Ajudantes de obras civis	140.854	5,2
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	129.622	4,8
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	118.173	4,4
Garçons, <i>barmen</i> e copeiros	111.400	4,1
Outros trabalhadores dos serviços	110.348	4,1
Vendedores ambulantes	86.508	3,2
Receptionistas	65.711	2,4
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	64.215	2,4
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	63.884	2,4
Trabalhadores na pecuária	54.282	2,0
Outras ocupações	1.064.604	39,2
Total	2.715.012	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009.

Diante do cenário já explicitado é cada vez maior o número de trabalhadores em atividades informais, tais como os ambulantes. Antunes afirma que “se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, em 2007 mais de 50% dela se encontra nessa condição” (2007, p. 14).

Em pesquisa publicada em 2012, a OIT destaca no Brasil o número significativo de jovens na informalidade em relação aos adultos. São 60,5% dos jovens na informalidade, enquanto 50,7% dos adultos.

¹¹ Dados retirados do CIESPI em convênio com a PUC-Rio, disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/infancia-e-juventude/criancas-e-adolescentes-indicadores-de-vulnerabilidade>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

Não apenas as atividades informais têm absorvido os adolescentes, já que o mercado de atividades ilegais¹² compreende um importante agenciador de jovens para o trabalho. Segundo Dimenstein, Zamora e Vilhena (2004), ao tráfico de drogas cabe recrutar e empregar em torno de seis mil meninos e jovens, isto se deve às dificuldades de inserção no mundo do trabalho formal, à baixa expectativa para esta inserção e à falta de escolarização/profissionalização de qualidade.

O tráfico de drogas e as atividades informais têm representado os maiores empregadores deste grupo com baixas perspectivas de inserção no mercado formal de trabalho. Cabe identificar, neste momento, quais são as propostas governamentais para amenizar estas contradições.

2.4. Legislação e Políticas Sociais

Neste momento, cabe apresentar as legislações que tratam sobre o trabalho de crianças e de adolescentes, além das especificações, das proibições e das proteções. Cabe nesta seção também discutir os programas sociais da Política Nacional de Assistência Social que, no momento, adquire o caráter de passivação diante da crise do trabalho com propostas focais para qualificação e preparação ao mercado de trabalho.

A temática não é recente e vasta. Este estudo não se aterá às questões históricas das legislações e das Políticas Sociais, cabe aqui apresentar o debate contemporâneo.

O ECA afirma em seu artigo 60 que: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Este trabalho deve garantir o desenvolvimento dos adolescentes, garantindo que não seja:

¹² Vale apontar que compreendemos algumas atividades ilegais como atividades informais e algumas atividades ditas informais como ilegais. Entretanto, para fins de melhor entendimento, separamos atividades informais como aquelas atividades socialmente aceitas, mas sem vínculo de trabalho, são elas: vendedores ambulantes, flanelinhas, guardadores de carros, entre outras. Ainda que, por vezes, sejam ilegais por serem realizadas por crianças e adolescentes fora dos parâmetros legais exigidos. E as atividades ilegais são as atividades descritas como contravenção ou crime pelas legislações, são: tráfico de drogas, roubos, furtos, outros tantos.

noturno; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Sobre o trabalho de crianças e adolescentes, Oliveira (2009) afirma não ser este um tema simples. Os documentos internacionais – Declarações Internacionais, Cartas e Convenções da OIT – consideram criança todo o indivíduo entre zero a dezoito anos. Então, é trabalho infantil, para tais documentos, todo o trabalho de crianças e adolescentes. Há, todavia, normas para regulamentar este tipo de trabalho, pois nem todo trabalho infantil é proibido.

A Convenção n.º 138 de 1973 e a Convenção n.º 182 de 1997 têm destaque para esses documentos internacionais. A primeira dispõe sobre a idade mínima para o trabalho: 15 anos ou até que cesse a escolarização obrigatória. E a segunda versa sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, para tanto, determina a importância da educação fundamental e gratuita, além do atendimento às necessidades das famílias. (Oliveira, 2009)

O trabalho constitui um direito social descrito no artigo 6º da Constituição Federal e é base fundamental na ordem social. A ordem social possui o objetivo, segundo o artigo 193, de alcançar o bem-estar e a justiça social¹³.

Em 2010, a emenda constitucional n.º 65 alterou o artigo 227 adicionando o acesso do jovem¹⁴. A redação passa a conferir ao jovem, ao adolescente e à criança, com absoluta prioridade garantida pela família, Estado e sociedade, os direitos fundamentais, entre eles, a profissionalização e o trabalho. Entre essas garantias estão as prerrogativas legais de proteção ao trabalho, regime especial para acesso à escola, proteção especial aos adolescentes e jovens com deficiência, assim como o incentivo à escolarização e à capacitação profissional.

No Brasil, a Constituição Federal, na direção internacional de Proteção Integral aos direitos das crianças e adolescentes, destaca em seu artigo 7º que é proibido qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos adolescentes com idade inferior a dezoito anos e de qualquer trabalho aos adolescentes com idade

¹³ Pelas discussões já apresentadas nesta dissertação, o bem-estar e a justiça social não são palpáveis neste sistema, cuja desigualdade é inerente. A garantia de certos direitos pode ser alcançada a partir de conquistas coletivas em espaço de disputas políticas.

¹⁴ Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, considera-se jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

inferior a dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Este artigo foi ratificado no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a partir do artigo 60 até 69.

Os artigos 402 a 441, capítulo IV e Título III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também dispõem sobre as condições especiais destes trabalhadores. Há ainda uma lista de 81 atividades consideradas perigosas ou insalubres proibidas aos adolescentes. A CLT normatiza o trabalho aos adolescentes e dita suas especificidades.

Especificamente para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, o SINASE aponta em seu artigo 8º que o PIA deverá conter ações para a capacitação para o trabalho e educação. Os artigos 76, 77, 78, 79 e 80 do mesmo sistema informam que as escolas de formação profissional Senai, Senac, Senar e Senat poderão ofertar vagas aos adolescentes nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os operadores das escolas e os gestores dos sistemas de atendimento socioeducativo locais.

Ainda que haja legislações normatizadoras do trabalho, existe a herança da perspectiva de moralidade das raízes históricas do país. O trabalho para as classes pobres sempre teve lugar central no “resgate” da civilidade ou, como hoje é chamado, a “ressocialização”. Trabalhar representava, e ainda representa na contemporaneidade, o melhor caminho para salvar as chamadas classes perigosas dos vícios e maus hábitos.

Em seu livro *O Século Perdido*, Rizzini aponta que na passagem do século XIX para o XX:

(...) o que determinava a virtuosidade e a viciosidade de um indivíduo era, não por acaso, o cultivo ou não do “hábito do trabalho” – umas das mais nobres virtudes dentro da “escala da moralidade”. (Rizzini, 2011, p.54)

As classes mais pobres incentivam a inserção, cada vez mais precoce, dos membros familiares no mundo do trabalho a fim de auxiliar no complemento da renda familiar. E a sociedade pressiona esta inserção como única alternativa de um grupo sem acesso aos seus direitos básicos. O trabalho foi colocado culturalmente como “tábua de salvação” para os jovens mal preparados e

desqualificados, desta forma, estes têm a inserção em atividades informais ou subempregos sem perspectiva de mudança significativa no padrão de vida.

Brandt destaca que:

Por causa do choque econômico, pobres também podem tirar suas crianças da escola para que elas trabalhem complementando a renda, o que geraria um prejuízo futuro na educação, fazendo com que essas pessoas tivessem menos chances de sair da pobreza ao chegar à vida adulta. (Brandt, 2009)

O relatório *Cadê 2012 - Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas*, da Sociedade Brasileira de Defesa da Criança e do Adolescente (SBDCA) – destaca que 101.674 adolescentes entre 12 a 17 anos de idade, ou seja, 67,29%, estão economicamente ativos.

O Ipea – Instituto de Pesquisa Aplicada – em estudo publicado em 2012 lança uma indagação importante a ser analisada: escolarização ou inserção no mercado de trabalho?

(...) a escolaridade leva a uma participação maior nas atividades econômicas e, conseqüentemente, a uma renda mais elevada. Esta, por sua vez, afeta positivamente a frequência à escola. Isto leva a se perguntar se o baixo rendimento e a baixa escolaridade dos chefes onde residem os jovens que não estudavam e não estavam na força de trabalho não parecem capazes de garantir-lhes uma preparação adequada para conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho. Por outro lado, não estar no mercado de trabalho resulta em um menor rendimento médio domiciliar *per capita*, o que deverá afetar a frequência à escola. Pergunta-se, portanto, se esses jovens, principalmente os do sexo masculino, estavam esperando por uma possibilidade de retorno à escola ou de ingresso (reingresso) no mercado de trabalho? Isto coloca a necessidade de políticas públicas que contribuam para uma inserção adequada desses jovens seja na escola ou no mercado de trabalho. (Camarano & Kanso; 2012, p. 44)

O Brasil possui cerca de 3,4 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ilegal¹⁵. Ocupa ainda, segundo a OIT (2012)¹⁶, a terceira posição de analfabetismo funcional e cerca de 66% dos brasileiros não conseguiram alcançar níveis mínimos de conhecimentos básicos em matemática e

¹⁵ Dados extraídos de <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19262>, acesso em: 06 jan. 2014.

¹⁶ OIT em seu estudo divulgou uma pesquisa com dados do Banco Mundial (2003), onde foram analisados 26 países em desenvolvimento e 21 países avançados.

ciências. Há que se considerar a relação entre baixos índices de escolarização e altos números de trabalho entre crianças e adolescentes.

Neste momento de crise e crescimento do desemprego, a Assistência Social é colocada como responsável pela questão, capaz de suprimir as desigualdades. É percebida uma ampliação e centralidade dos programas da política de Assistência Social, principalmente nos programas de transferência de renda - o Bolsa Família. (Mota, 2010)

Como perspectiva desta direção atual da política, o programa Bolsa Família está em plena expansão. Em 29 de novembro de 2012, a Presidente Dilma anunciou a ampliação da faixa etária do Brasil Carinhoso para até 15 anos; o programa passará a atender crianças de 7 a 15; esta expansão representará custo adicional de R\$ 1,74 bilhão¹⁷.

Mota ratifica em seu estudo esta diretriz do governo atual. Ante a crise do trabalho há uma:

(...) passivização da “questão social”, que se desloca do campo do trabalho para se apresentar como sinônimo das expressões da pobreza e, por isso mesmo, objeto do direito à assistência e não ao trabalho. (Mota, 2010, p.142)

A proposta não é de transferência de renda ou de socialização das riquezas produzidas entre as classes mais pobres, apesar desta constituir-se no discurso da hegemonia. A política está focalizada na extrema pobreza a fim de garantir o consumo e a contenção das tensões, por consequência, a manutenção da ordem burguesa nos anos de crise do capitalismo. O curso atual da Política Nacional de Assistência Social está em ser a única responsável pela Proteção Social, e não como parte do Sistema de Seguridade Social. Este fenômeno será chamado de “fetiche” da Assistência Social. (Mota, 2010).

Nesta diretriz, caminham os programas governamentais para a escolarização, profissionalização e combate ao trabalho infantil. O Programa

¹⁷ Destaque no G1 em 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/11/dilma-amplia-faixa-etaria-do-brasil-carinhoso-para-ate-15-anos.html>> Acesso em: 01 dez. 2012.

Brasil Carinhoso, Projovem¹⁸, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) são os principais programas do Governo Federal ofertados pela Assistência Social. Assim, a escolarização e a profissionalização, que é uma prerrogativa garantida nas legislações de proteção aos direitos de crianças e de adolescentes, centralizam-se na extrema pobreza. Não são ofertados de forma equânime e universal.

O acesso à escolarização e à profissionalização divide-se em:

a) aqueles que podem pagar escolas e cursos de qualidades. Estes serão os mais preparados e terão as melhores colocações; b) aqueles extremamente pobres, que se beneficiam de programas governamentais com “educação e profissionalização de pobre para pobre”, ou seja, escolas/cursos com qualidade inferior (curto período, com menos disciplinas, profissionais com baixa qualificação, formação sem laboratórios, entre outros problemas); c) pobres não elegíveis aos programas sociais e que também não possuem condições de pagar escolas e cursos de qualidades. Os grupos c e b engrossam as filas dos desempregados ou a fila dos em subempregos.

Segundo Laurell (1997), a política neoliberal adotada nos países da América Latina possui uma postura mais ortodoxa com corte dos gastos sociais, a privatização, a descentralização, a centralização dos gastos sociais públicos e em programas seletivos contra pobreza.

No Brasil, à medida que cresce o corte dos gastos sociais e maior seletividade das políticas públicas em um determinado grupo, os que se encontram em extrema pobreza, cria-se a falácia de aumento dos gastos com programas sociais. Entretanto, há cada vez mais o enxugamento dos direitos.

O Programa Brasil Carinhoso, complemento da transferência de renda às famílias em extrema pobreza¹⁹ do Bolsa Família, apresenta o discurso de ampliar o acesso à educação infantil das crianças de seis meses a quatro anos de idade.

¹⁸ Existem várias modalidades de Projovem: Projovem trabalhador, Projovem Campo, Projovem urbano e Projovem adolescente. Com o foco no público adolescente, por representar o tema da pesquisa, o enfoque é dado ao Projovem adolescente ofertado pelo Sistema Único de Assistência Social, SUAS.

¹⁹ Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), considera-se família em pobreza aquela com rendimento entre R\$70,00 (setenta reais) a R\$140,00 (cento e quarenta

O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), complemento do Programa Bolsa Família às famílias com crianças em trabalho infantil, também está destinado somente às famílias em pobreza e extrema pobreza.

O Projovem tem como escopo ser um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens. O foco está no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, no retorno dos adolescentes à escola e na permanência no sistema de ensino. Destinado aos jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, podendo ser estendidos aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todavia, todos devem estar inseridos no Cadastro Único, cadastro responsável pelo ingresso em programas sociais do Governo Federal, que tem como critério a renda.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é o programa de profissionalização técnica nos centros de educação tecnológica do país. A renda familiar é critério importante na seleção dos estudantes, sendo os beneficiários do Programa Bolsa Família prioritários para o ingresso no programa.

Todos os programas listados ratificam a direção governamental de restringir os direitos e acesso às garantias que deveriam ser fundamentais, preventivas e universais. Tais direitos devem ser assegurados com absoluta prioridade pela família, comunidade, sociedade em geral e poder público, segundo ECA artigos 3º e 4º.

Em tempos de crise estrutural do trabalho, a Assistência Social torna-se estratégia para manter as tensões e o consumo, contudo, o foco está cada vez mais restrito. Assim, um grupo continua fora dos postos de trabalho, sem o perfil para os programas sociais, desqualificados e sem acesso aos direitos fundamentais.

Com a apropriação dessas questões que envolvem o mundo do trabalho, vale na próxima seção explorar o sistema socioeducativo, o perfil dos

reais) *per capita*, em extrema pobreza as famílias com rendimento entre R\$ 0 (zero reais) a R\$70,00 (setenta reais) *per capita*. Cabe registrar que o Programa Brasil Carinhoso não possui apenas este objetivo. Em seu conceito, destina-se às famílias com crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade em extrema pobreza.

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e a apropriação da identidade social estigmatizada.

3

A identidade social estigmatizada no Espaço de cumprimento de medida socioeducativa

O povo foge da ignorância / Apesar de viver tão perto dela / E sonham com melhores tempos idos / Contemplam esta vida numa cela / Esperam nova possibilidade / De verem esse mundo se acabar / A arca de Noé, o dirigível, / Não voam, nem se pode flutuar / Êh, oô, vida de gado / Povo marcado / Êh, povo feliz!

Zé Ramalho

Este capítulo tem como foco a discussão sobre o fenômeno do encarceramento de adolescentes em sistemas socioeducativos. É importante compreender que este fenômeno tem como fundamentação o tratamento dado a uma determinada classe social. Neste sentido, este capítulo inicia-se apresentando os contextos em que os protagonistas do estudo estão inseridos. Estes contextos são marcados pela vulnerabilidade, violência, solidariedade, exclusão de direitos e pobreza. Portanto, situá-los é de suma importância a fim de compreender o lugar social estabelecido aos referidos adolescentes e a apropriação, por eles, de uma identidade social estigmatizada.

Somente a partir do conhecimento dos contextos será possível formular o conceito adotado por este estudo para a noção de “identidade social estigmatizada”. Cabe ao subcapítulo 3.2 discorrer sobre os caminhos percorridos e escolhidos para a temática.

Compete ao último capítulo a discussão sobre o sistema socioeducativo. O debate apresenta o sistema como um instrumento paradoxal do Estado à medida que tanto adota como prática o encarceramento de uma classe pobre como, em certo grau, garante direitos aos adolescentes.

3.1. Contextos de vulnerabilidade

Para analisar os contextos em que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa estão e foram expostos, será necessária a priori a identificação destes sujeitos. Somente a partir desta identificação será possível uma representação do contexto socioestrutural e das vulnerabilidades.

Em pesquisa realizada em novembro de 2006, o *Projeto de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente*²⁰ apresenta o perfil dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo. Os números mostram que 15,8% dos adolescentes encontram-se em cumprimento de medida de internação.

A faixa etária:

- de 16 a 17 anos apresenta maior porcentagem de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (44%);
- seguida da faixa etária de 18 a 21 anos (34,5%);
- e de 12 a 15 anos (17,6%).

Sobre a escolarização:

- 51,8% possuem nível de escolaridade de Ensino Fundamental;
- 37,8% sem informação;
- 6,5%, Ensino Médio;
- 3,4%, menos que o Ensino Fundamental;
- e 0,4%, EJA²¹/Supletivo sem especificar nível.

Dos 17.856 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, 11.901 cumprem internação, sendo 11.454 do sexo masculino e 447 do sexo feminino.

²⁰ Disponível em: <<http://www.monitoredireitos.org.br/pesquisa/resultado/dimensao/justica>>
Acesso em: 10 fev.2013.

²¹ Ensino de Jovens e Adultos.

O Conselho Nacional de Justiça publicou em 2012 a pesquisa *Panorama Nacional – A execução da medida socioeducativa de Internação*, na qual aponta que na região sudeste:

- 31% dos adolescentes possuem 17 anos;
- 22% têm 16 anos;
- 21 % têm 18 anos;
- 11% possuem 15 anos;
- 5% estão com 14 anos e 19 anos;
- 3% têm 13 anos;
- 1% possui 20 anos.

A prática do primeiro ato infracional ocorreu:

- 8,3% dos 7 a 11 anos;
- 45% dos 12 aos 14 anos;
- 46,2 % dos 15 aos 17 anos;
- 0,5% sem resposta.

Sobre a natureza dos atos infracionais:

- 40% estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação por ato análogo ao roubo;
- 32% por tráfico de drogas;
- 12% por outros;
- 7% por homicídio;
- 7% por furto;
- 2% por roubo seguido de morte;
- 1% por estupro.

Sobre a reincidência:

- 39,7% já estiveram em cumprimento de medida socioeducativa de internação;
- 60,0% é a primeira internação.

Em relação à escolarização:

- 24% cursaram pela última vez a 6ª série²² do Ensino Fundamental;
- 18% cursaram a 5ª série do Ensino Fundamental e o mesmo percentual o Ensino Médio;
- 9%, a 7ª série do Ensino Fundamental;
- 8%, a 8ª série do Ensino Fundamental;
- 7%, a 4ª série do Ensino Fundamental;
- 4%, a 3ª série do Ensino Fundamental;
- 1%, a 2ª série do Ensino Fundamental.

Ainda sobre a escolarização:

- 6% não foram alfabetizados e, em média, os adolescentes interrompem os estudos aos 14 anos. Sobre o uso de drogas, 77,5% dos adolescentes fazem uso de alguma substância.

Segundo dados do IPEA (2003), 62% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não são brancos, e, em alguns estados e unidades da federação, este total chega a 97% dos adolescentes.

Estes dados, em diferentes períodos, ratificam o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: negros, pobres, com baixa escolaridade, em cumprimento de medida por atos cometidos principalmente contra o patrimônio ou o trabalho no tráfico. Este grupo tem o racismo como principal fator de segregação na sociedade; ele categoriza quem será ou não usuário do sistema socioeducativo, como Zamora aponta:

(...) justifica inclusive o poder de deixar morrer ou de matar do Estado (Foucault, 2005; Agambem, 2007; Alvarenga Filho, 2010). Ele opera e ajuda a operar uma seletividade entre quem tem ou não tem o direito a uma vida cidadã; entre quem deve ser preservado e protegido e quem é a vida indigna, que não merece ser vivida. (Zamora, 2012, p.?)

O sistema possui predileções, usuários preferenciais. Segundo Moreira apud Zaffaroni:

²² Utilizamos a contagem dos anos escolares por série conforme a pesquisa.

(...) sabemos que não são causas de crimes, mas são causa da prisionização da pessoa; sabemos que eles fazem parte dos estereótipos, sabemos que sem estereótipo não temos preso, sabemos que a prisão fixa os dados do estereótipo (...) e também sabemos que a pessoa pratica esses crimes contra a propriedade porque não sabe praticar os crimes usualmente praticados pelas pessoas respeitáveis. Ou seja, tem treinamento para os roubos, tem treinamento que é próprio dos feios, daqueles que têm cara e reputação de ladrões. Só tem treinamento para esses roubos não para outros. Estão treinados para isso e mais nada. Hoje sabemos isso. O estereótipo e o treinamento são duas condições sociais da sua vulnerabilidade na frente do sistema penal. Se não tivessem cara e tivessem treinamento para praticar outros crimes, não estariam na cadeia, sem dúvida; seriam pessoas respeitáveis. (Moreira apud Zaffaroni, 1990, p.57)

A fala deste autor, ainda que esteja referindo-se ao sistema penal, é fundamental para a compreensão dos adolescentes em internação que tiveram imposta uma identidade social estigmatizada. Clarifica que não é qualquer pessoa elegível ao sistema, nem quaisquer tipos de atos infracionais. No sistema está apenas os adolescentes pertencentes a uma determinada classe social, com uma origem e cor, ainda que os atos não sejam os mais graves.

O que determina não é o ato infracional ou o grau de violência, e sim de que lugar social o adolescente pertence.

Como exemplo, é possível recordar, enquanto profissional do sistema socioeducativo, a apreensão de um adolescente por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas e formação de quadrilha. Sua família possuía bens e ele residia em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. A polícia ficou por mais de seis meses investigando aquele grupo. Após a apreensão, foi determinado que o adolescente fizesse tratamento em centro para usuários abusivos de drogas, já que o Juiz identificou que sua questão com drogas era mais importante que o ato infracional.

Vale rememorar, como já apresentado, que o tráfico de drogas está em segundo lugar como ato infracional determinante para a internação dos adolescentes. Contudo, o adolescente citado não é elegível a permanecer no sistema por não pertencer à classe dos “feios”, ele “é de boa família”.

A história social e política brasileira demonstra que a diretriz para o atendimento às classes pobres, em diversos momentos, caminhou em direção à criminalização e à contenção. A meta para este atendimento, segundo Rizzini,

“(…) **não era** o alívio da pobreza tendo em vista maior igualdade social; visava, ao contrário, o controle através da moralização do pobre” (Rizzini, 2011, p.50).

Considerando os dados, os adolescentes da pesquisa representam a massa de adolescentes negros, pobres e pouco escolarizados que se encontram hoje nas unidades socioeducativas. São esses os adolescentes que terão uma identidade social duplamente estigmatizada por representar o grupo com maior dificuldade no acesso ao mercado de trabalho; e pela marca de ser considerado um “bandido” com a passagem no sistema socioeducativo.

Os dados extraídos do relatório *Cadê 2012* apontam que a população de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro caracteriza-se por 4.158.823 de pessoas distribuídas entre as áreas urbanas e rurais – 4.013.556 em área urbana e 145.267 rurais. Das quais, 1.950.750 são brancas; 1.701.768, pardas; 500.755, negras; 2.932, indígenas; e 2.618, amarelas.

Quais então são os contextos em que os adolescentes alvo do estudo estão inseridos antes da internação? Os contextos em que os adolescentes foram expostos são distinguidos por situações diversas.

A primeira destas situações é a **miséria e pobreza**. O Ciespi ao analisar dados estatísticos assinala que, sobre as crianças e adolescentes na região sudeste residentes em áreas urbanas, 24,4% estão abaixo da linha da pobreza em 2009. Entre eles, 18,3 % são brancos, enquanto 31,5% são negros.

O CIESPI/PUC-Rio aponta ainda que as famílias sem a presença de um dos cônjuges estavam em 2009 mais expostas à vulnerabilidade. Os dados apresentam os que estão abaixo da linha da pobreza:

- 50,1% das famílias que têm a mãe como Responsável Familiar²³ e possui os filhos com menos de 14 anos;
- 49,8% das famílias cujo Responsável Familiar é a mãe e seus filhos entre crianças, adolescentes e adultos;
- 27% das famílias com o casal e com seus filhos entre crianças, adolescentes e adultos;

²³ É adotado o conceito de Responsável Familiar descrito pelo SUAS. Identifica-se como aquele membro familiar responsável pelo cuidado, provisão e desenvolvimento da família.

- 27,2% das famílias com o casal e com os filhos com menos de 14 anos;
- 12,7% das famílias cujo Responsável Familiar é a mãe com todos os filhos com 14 anos ou mais;
- 9,1% das famílias com o casal com os filhos com 14 anos ou mais;
- 5,8% das famílias com o casal sem filhos;
- e, por último, 9,1% com outras configurações de família.

Cabe salientar que compreendemos a pobreza como uma categoria resultante da condição histórica de acumulação de riqueza. Portanto, pobre:

Como trabalhador inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva. Desprovido, portanto, de condições para realizar autonomamente o trabalho necessário à reprodução de sua subsistência. Condenado pela divisão social do trabalho à pobreza virtual, porque destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho quando demandado pelos proprietários de capital. (Iamamoto, 2012, p.68)

Cassab & Cassab (2005) determinam que há duas formas de ser condenado à condição de pobreza: pelo ordenamento estrutural e pelo espaço geográfico. Para tais autoras, o espaço urbano se apresenta como contraditório e desigual de forma a segregar uma classe social e torná-la pobre. Esta segregação na população jovem está expressa não só pela localização territorial, mas também pelo desemprego, falta de perspectivas profissionais e espaços de lazer.

A segunda característica que marca os contextos a que os adolescentes foram expostos é a **segregação no espaço urbano**. Historicamente, a concentração de uma classe social nas periferias estratificadas dos grandes centros no Rio de Janeiro inicia-se com a formação de trabalhadores assalariados. A composição do “exército industrial de reserva” garantiu uma massa de trabalhadores fora do mercado de trabalho, sem condições básicas de sobrevivência e excluída do acesso a direitos. Estes espaços da periferia, as favelas, tornaram-se refúgio de uma população esquecida e destituída de acessar certos espaços urbanos, como espaços de lazer, de cultura, educação superior, entre outros.

O tráfico de drogas constituiu a proteção que esta população demandava do Estado. Para exemplificar, podemos citar os eventos ocorridos no Complexo do Alemão – RJ no final do mês de novembro/2010, o Estado estava há meses sem visitar aquele local. O tráfico de drogas com a sua proteção ocupou o espaço que era do Estado e organizou a comunidade para o seu fortalecimento. O que vimos pelos noticiários da televisão foi a Força de Segurança Nacional e Estadual precisando unir forças, com a violência e a invasão, para corrigir uma falha de anos de esquecimento de uma população que se organizou e criou formas de sobreviver²⁴.

Portanto, este espaço produziu uma **solidariedade**, uma relação de parceria e reciprocidade. Embora o tráfico de drogas seja violento e ilegal, é uma proteção, por certo que às avessas. E para alguns grupos é a única conhecida.

Esta segregação constituiu não só formas de sobrevivência a partir da proteção mas também a expansão de um mercado de trabalho lucrativo e recrutador de jovens, conforme já sinalizamos.

Ademais, a falta do poder público, com instituições de garantias de direitos, somada à presença constante da violência nestes espaços, produz uma sensação de imediatividade e falta de perspectivas de futuro na vida dos adolescentes. Morrer não significa tanto, viver com bens de consumo, sim, significa muito. Por isso, os adolescentes têm no consumo as principais justificativas para o ato infracional, pouco importa as altas taxas de mortalidade no tráfico.

Neste contexto, há uma grande concentração da **violência**. O Mapa da Violência 2013 aponta que as mortes por armas de fogo entre os jovens de 15 a 29 anos passou de 4.415 em 1980 para 22.694 em 2010. É um aumento de 414% nos últimos 31 anos. Houve um crescimento das mortes por armas de fogo, quase que exclusivamente pelos homicídios, que cresceram 502,8%, enquanto os suicídios com armas de fogo cresceram 46,8% e as mortes por acidentes com armas caíram 8,8%.

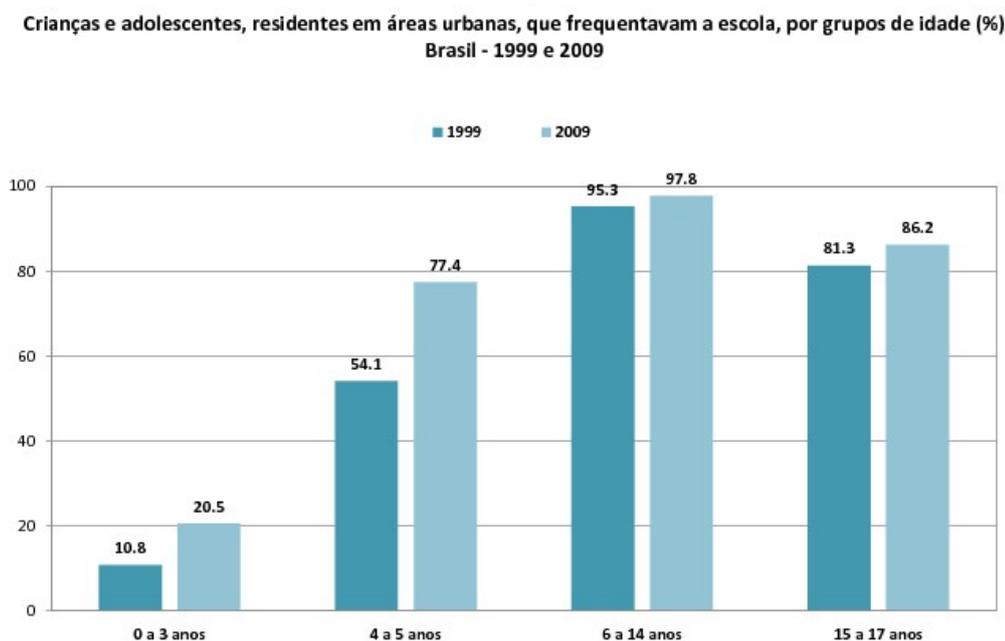
²⁴ O texto “Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões” do Instituto de Estudos da Religião (ISER) traz uma compreensão importante sobre a política de segurança pública exercida pela atual gestão do Estado do Rio de Janeiro. Para maiores esclarecimentos acessar <<http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunica%C3%A7oes-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf>>

O Mapa da *Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil* divulgou que em 2010 morreram 34.983 negros, em contrapartida, 14.047 brancos. Em relação à população jovem, morreram 19.840 negros e 6.503 brancos.

Esta violência não é só a perpetrada pelas regras no tráfico mas também a violência estatal. Entre 2005 e 2007, segundo o *Observatório de Favelas*, foram instaurados 707 casos de auto de resistência²⁵ com autoria reconhecida.

Outro fator presente no contexto de vida dos adolescentes são as dificuldades de acesso aos serviços e direitos. Como mais importante direito, destaca-se o acesso à **escolarização**. O CIESPI/PUC-Rio aponta o número das crianças e adolescentes que frequentam a escola por separação etária em comparação entre os anos de 1999 e 2009.

Gráfico 3 - Crianças adolescentes, residentes em áreas urbanas, que frequentavam a escola, por grupos de idade (%) Brasil – 1999 e 2009



Fonte: CIESPI, PUC-Rio, Base de Dados Infância e Juventude em Números, 2014. www.ciespi.org.br

Neste gráfico é possível perceber um declínio na frequência escolar no Brasil nas idades entre 15 a 17 anos, podendo ser inferida como evasão e que corresponde à idade que deveriam ingressar no Ensino Médio. Há uma cobertura

²⁵ É a resistência à autoridade policial seguida de morte.

importante na idade entre 6 a 14 anos que representa os anos no Ensino Fundamental.

O *Relatório Cadê? 2012*, por sua vez, declara que o Rio de Janeiro tem uma das maiores taxas de evasão escolar no Ensino Médio, 10,1%. O relatório apresenta também que, em 2011, 70,58% dos alunos ingressaram no 1º ano do ensino médio com idade irregular, estes são os maiores indicativos percentuais do Brasil.

O Centro de Pesquisa CIESPI aponta que a taxa de inadequação série-idade foi de 50,6% das crianças e adolescentes entre 8 e 14 anos residentes em áreas urbanas da Região Sudeste em 2009.

O outro indicativo determinante é a *saúde*. O IBGE divulgou em 2009, no estudo *Indicadores Sociodemográficos e de saúde no Brasil*, que 90% dos óbitos infantis – óbitos de crianças com menos de um ano de idade - são por causas evitáveis: doenças infecciosas, dependentes da melhoria dos serviços de saúde e de investimentos em educação e saneamento básico.

Para o referido estudo:

(...) uma proporção elevada de mortes relacionadas, predominantemente, às doenças infecciosas em menores de 1 ano denota uma parcela grande de mortes evitáveis e, portanto, é indicador de baixo desenvolvimento econômico e social e de baixa atenção à saúde em geral. (Brasil, 2009, 45)

Sobre este mesmo aspecto, o CIESPI (2009) assinala que 18% das crianças e dos adolescentes entre 0 a 15 anos não possuem o serviço de saneamento básico nas áreas urbanas no Sudeste.

Cabe apresentar também a questão da gravidez na adolescência. Dificuldade de participação nos programas de saúde reprodutiva, falta de expectativa de vida e ineficiência de acesso aos serviços de saúde são alguns fatores para a gravidez na adolescência. O CIESPI divulgou que em 2009 havia 72,3 mil adolescentes grávidas na Região Sudeste.

Quanto ao acesso à **documentação civil**, no *Relatório Cadê? 2012*, o Rio de Janeiro possui 0,66% da população com menos de um ano de idade sem Registro de Nascimento em 2011.

Sobre o ingresso em programas e serviços no âmbito da Política de **Assistência Social**, apenas 0,72% foram atendidos por programas de erradicação do trabalho infantil e 25,66% participam de programas de transferência de renda em acompanhamento pela educação. Dados do *Relatório Cadê? 2012*, que não especificou que programas são esses.

O relatório *Sistema de Garantia de Direitos* contabiliza uma redução expressiva no número de Conselhos Tutelares ativos nos Estados do Rio de Janeiro, de 102 para 91 Conselhos.

Não foi realizada neste estudo uma representação histórica do tratamento dado à infância no Brasil. Foi apresentado um panorama atual conferido à criança e ao adolescente²⁶. Em diversos estudos é possível fazer uma contextualização da catequização indígena, dos trabalhos forçados aos negros, do abandono de crianças nos “orfanatos” e da Roda dos Expostos, das casas de correção destinadas aos vagabundos e ociosos e das instituições para “menores em situação irregular”. Contudo, torna-se repetitivo identificar que, historicamente, as investidas do poder público nas classes pobres não são para mudanças no *status quo*, mas, sim, amenizar a questão social para a continuidade do poder de produção. É claro que, em distintos momentos, existiram movimentos de resistência e luta dos trabalhadores e instituições de proteção para romper com a lógica vigente e para que a conquista de certos direitos fosse possível.

Não obstante, este estudo proporcionou uma aproximação à realidade contemporânea da infância no Brasil. Sem descartar que estes são reflexos dos acúmulos históricos.

Faz-se necessário, neste momento, compreender como a sociedade atribuiu aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa uma identidade social estigmatizada, um lugar social de vulnerabilidade e como eles se apoderaram dela.

²⁶ Esta pesquisa foi apresentada em diversos estudos, com destaque principal para os livros “*O Século Perdido - Raízes Históricas das Políticas Públicas Para a Infância no Brasil*” de Irene Rizzini e sob sua coordenação “*A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*”.

3.2. Conceito de identidade social estigmatizada

O conceito de identidade é um tema amplamente discutido entre as diferentes disciplinas e com abordagens distintas. Portanto, primeiramente, serão analisados os caminhos percorridos pela pesquisa até o desenvolvimento da noção de identidade social estigmatizada, para, enfim, definir a postura adotada por este estudo sobre o conceito.

O início desta discussão partiu do conceito do autor Bauman (2005), que classifica a identidade como algo em construção constante. São posturas asseguradas ao longo da vida sem solidez, ou seja, “bastante negociáveis e revogáveis”. Esta “fluidez” se dá pelo momento social atual da sociedade, uma vez que, para o autor, a identidade é uma representação das instituições sociais, como a Família, o Estado e a Igreja. Essas instituições encontram-se em fase de um individualismo acirrado.

A identidade passa a ser construída, então, com as possibilidades que se dispõe. O indivíduo identifica “quais são os pontos que podem ser alcançados com os recursos que (...) possui, e quais deles merecem os esforços para serem alcançados”. (Bauman, 2005, p.25)

Essas possibilidades estratificam a sociedade entre aqueles que possuem alternativas de escolhas e os que tiveram negado o acesso a essas escolhas. Este último grupo carrega um atributo imposto socialmente que os diferencia dos demais. Segundo Bauman, este:

Não tem o direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumaniza, estigmatizam... (Bauman, 2005, p.44)

A partir da concepção de Bauman de um grupo que possui identidades estereotipadas e estigmatizadas, buscou-se compreender melhor as lacunas não

preenchidas pelo autor sobre estas características, sobretudo no que se refere ao grupo em foco neste estudo.

Foram nos estudos de Goffman que os conceitos de estigma e de identidade social apresentaram uma contribuição interessante para a temática analisada. Para este autor, a sociedade estabeleceu formas de categorizar, neste sentido, identifica-o como “estranho”, possibilitando surgir:

(...) evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. (Goffman, 1981, p.6)

Na compreensão do autor, será nas relações sociais que vão ser estabelecidos os ditos “normais” e os “estigmatizados”. Portanto, a identidade social e os estigmas são uma construção socialmente determinada. Não apenas escolhas aleatórias ou possibilidades são categorizações reais atribuídas a um indivíduo. Os estigmas são categorizações negativas. (Goffman, 1981)

Seguindo a noção de Goffman, Maria Zelia Melo aprofunda a temática. Em seu entendimento, o indivíduo estigmatizado terá menos possibilidades de romper com os estigmas e dificilmente reverterá a imagem formada pela sociedade. A autora em tela constituiu a definição mais adequada à noção de identidade social estigmatizada, definida como algo que:

Destrói atributos e qualidades do sujeito, exerce o poder de controle das suas ações e reforça a deterioração da sua identidade social, enfatizando os desvios e ocultando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe a rejeição, leva à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social, segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do "irrecuperável", no intuito de manter a eficácia do simbólico. (Melo, 1999, p.3)

A autora afirma que a sociedade atribuirá ao indivíduo uma identidade social estigmatizada com a imposição de uma imagem social que reduzirá suas oportunidades. A manutenção do sistema de controle social ratifica o estigma e categoriza o estigmatizado como “nocivo” e “incapaz”. (Melo, 1999)

Nesta mesma linha, Cardoso (2011), analisando autores que desenvolvem a noção de estigma, cita Ainlay, Coleman e Becker (1986). Para eles, o estigma é uma construção social a partir das questões históricas e culturais, não apenas um atributo individual.

Cabe destacar que, neste estudo, optou-se pela utilização da noção de identidade social estigmatizada, com a compreensão de que a identidade é algo construído através das condições objetivas a que os sujeitos foram expostos. Ela se dá a partir dos pressupostos circunscritos no acúmulo histórico e desenvolvida com os elementos possíveis, dadas as alternativas imposta pela sociedade.

O sujeito tem sua individualidade, entretanto, esta está impregnada pelas transformações societárias e o meio social em que aquele está inserido. As escolhas podem parecer individuais e livres, mas não são. Estão carregadas das intercorrências sociais e históricas, isto é, a identidade é uma construção em constante movimento, de acordo com as condições sócio-histórico-estruturais e a necessidade de sobrevivência.

Esta temática é enriquecida com a afirmação de Barroco (1993) sobre como as escolhas estão fundamentadas nas necessidades construídas na história, já que para esta análise a identidade social estigmatizada é uma construção sócio-histórica. Nesta mesma direção analítica, Behring (2009) afirma que “(...) os homens realizam sua história, porém não nas condições por eles escolhidas.” (p.2)

Neste sentido, o homem é produto das condições sociais e também um produto seu. Para Marx e Engels:

A história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa.

Na medida em que o indivíduo, ao nascer, já encontra postas estas circunstâncias sociais, porquanto independentes de sua vontade, podemos afirmar que ele é condicionado pelas mesmas, residindo aí a importância da consideração, em quaisquer análise sobre o homem, do tipo de sociedade na qual está inserido. (Marx & Engels, 1999, p.70)

A sociedade criou os estereótipos de classes perigosas e potencialmente criminosas. Como único grupo exposto às sanções pela prática de ato infracional,

foi projetado um ideário de periculosidade, uma identidade de criminoso aos negros e pobres. Estes necessitam de maior controle, pois representam instabilidade para a ordem e a disciplina.

O grupo estigmatizado representa os relegados dos postos de trabalho e da escolarização, historicamente escravizados, oriundos de territórios insalubres, o que os categorizam como inferiores aos demais.

A construção desta identidade social estigmatizada está pautada no trato dado a este grupo, no caso deste estudo, às crianças e aos adolescentes pobres na sociedade brasileira. Bem como afirma Vilhena, Zamora e Rosa (2011), os estigmas impostos aos adolescentes estão enraizados na história brasileira; eles projetam uma invisibilidade nos sujeitos. As autoras afirmam ainda ser essa uma questão crônica do sistema capitalista, representa:

Um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão inter-subjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui-se, assim, um problema político. (Vilhena; Zamora & Rosa, 2011, p. 36)

Arantes destaca em seu estudo baseado na análise genealógica foucaultiana o legado deixado pela sociedade brasileira às crianças e aos adolescentes pelo seu tratamento no passado:

Pela análise genealógica, as identidades aparecerão, não como natureza humana, mas como produções históricas, a partir de práticas múltiplas que se imbricam e se agenciam.

Havendo descontinuidades das práticas, novas identidades emergirão na paisagem enquanto objetos para um sujeito do conhecimento. Neste sentido, tanto as crianças “tabulas rasas” dos primeiros jesuítas quanto os “expostos” e “desvalidos” da antiga caridade, bem como os “abandonados” e “irregulares” da República aparecerão como rostos datados, em descontinuidades uns em relação aos outros – perpassados todos, no entanto, pela herança da exclusão que marca a história do Brasil desde o descobrimento. (Arantes, 2009, p.155)

Esta identidade social estigmatizada atribuída ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa ou em um contexto de vulnerabilidade foi apropriada pelo mesmo como forma de sobrevivência. O grupo não tem mais nomes, são considerados “menores”, “trombadinhas” e se apoderam deste ideário

imposto pela sociedade. Como em um atendimento técnico onde o adolescente se autodefine como: - *Eu sou 157, Dona Técnica! Eu sou ladrão, bandido*²⁷.

Cardoso (2011) afirma que Goffman destaca três tipos de estigmatizados: 1) os que tentam se corrigir e que estão predispostos à vitimização; 2) os que são considerados limitados por tentar dominar as áreas que os tornam estigmatizados; 3) e os que se utilizam dos seus atributos para ganhos.

Muitos adolescentes se utilizam dos estigmas para garantir minimamente a sobrevivência, em muitos casos esta forma foi a prática de ato infracional. Como exemplo, em um atendimento técnico com adolescente no sistema socioeducativo:

Adolescente - *A Senhora tem medo de mim?*
Técnico - *Por que eu deveria ter medo?*
Adolescente - *Porque quem tem medo tem respeito*²⁸.

A identidade social estigmatizada é uma categorização depreciativa imposta pela sociedade a um determinado grupo que não se encaixa nas determinações da hegemonia. Esta categorização possui uma raiz histórica e cultural de uma classe de dominadores que se sobrepõe a uma classe de dominados.

Esta identidade social estigmatizada determina quem ficará fora dos bancos escolares ou terá uma escolarização de péssima qualidade; quem não terá acesso aos direitos; quem estará desempregado e/ou em subempregos; e quais serão os puníveis e que cumprirão as sanções penais/socioeducativas.

Porém estas determinações estão veladas pelas justificativas da sociedade que culpabilizam o indivíduo pelos estigmas impostos. Tais como: “Eles são preguiçosos”; “Gastam o dinheiro do Bolsa Família com cerveja”; “Porque não capinar um quintal?”; “Eu fui pobre e não precisei roubar”; “Quem faz a escola é o aluno”; “A violência é por falta de punição”; “A redução da maioria penal seria solução para o fim da violência”; entre outras tantas justificativas.

Cumpre, neste momento, refletir sobre o sistema socioeducativo e suas determinações.

²⁷ Entrevista realizada pela assistente social com adolescente no momento de sua inserção em uma unidade do sistema socioeducativo do RJ, no ano de 2010. O número 157 faz referência ao artigo do código penal análogo ao ato infracional cometido.

²⁸ Atendimento realizado com o adolescente no ano de 2010 em unidade socioeducativa de internação.

3.3. O sistema paradoxal

Este subcapítulo destina-se a analisar o sistema socioeducativo e suas especificidades. Mais ainda, se propõe a caracterizá-lo como um sistema paradoxal, onde apesar da punição e da violência fazerem-se presentes, consegue garantir certos direitos.

Este estudo se fixará na análise da medida de privação de liberdade: internação. Tal como Wacquant (2012), a análise segue a linha de não separar as abordagens materialistas e simbólicas para compreender o fenômeno do encarceramento, e, no caso aqui, o cumprimento de medida socioeducativa e sua identidade social estigmatizada, uma vez que o objetivo é apreender de forma totalizante tais questões.

O sistema socioeducativo é o espaço para a responsabilização do adolescente, de 12 a 18 anos de idade, que cometeu algum ato infracional descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja, uma conduta análoga ao crime ou contravenção penal. Este sistema integra as medidas de advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento socioeducacional.

Em janeiro de 2012, é instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução da medida socioeducativa destinada ao adolescente que pratique ato infracional, Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Ainda que haja limites e necessidades de maior discussão, este representa um importante avanço na perspectiva de melhorar a execução da medida e unificar padrões de qualidade.

Os aparatos legais da Constituição de 88, do ECA e do Sinase preveem que a internação constitui medida sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar em desenvolvimento. Deve ser executada no âmbito estadual e aplicada quando tratar-se de: ato com grave ameaça ou violência; descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta; e acometimento reiterado de infrações graves.

Todas as medidas socioeducativas devem ter como perspectiva fundamental, segundo as prerrogativas legais, a garantia da Proteção Integral e assegurar com absoluta prioridade aos adolescentes como sujeitos de direitos. Entretanto, no momento, o sistema socioeducativo gera uma relação contraditória. Ainda que tenha a proposta de uma política de contenção, deve disponibilizar ao adolescente possibilidade do ingresso às políticas públicas e sociais, através de atividades educativas, profissionalizantes, culturais, esportivas, atendimento médico e acompanhamento jurídico, ou melhor, de acesso aos serviços públicos de forma adequada para a aplicação de medida socioeducativa.

A internação possui características semelhantes ao encarceramento apresentado por Wacquant, fazendo parte de uma lógica perversa com o objetivo de corroborar para a expansão e expropriação dos lucros capitalistas. Ainda que ele esteja analisando a prisão, o autor afirma que o papel é conter os jovens pobres e negros que interferem no livre funcionamento do sistema capitalista.

(...) a prisão não como um implemento técnico para o cumprimento da lei, mas como o âmago de poder político, cujo emprego seletivo e agressivo nas regiões inferiores do espaço social viola os ideais da cidadania democrática. (Wacquant, 2012, p.12)

A internação como medida socioeducativa representa a segregação dos adolescentes de uma determinada classe em espaços de isolamento e confinamento. As unidades são organizadas com este objetivo, portanto: a visitação ocorre em dias pré-determinados; as unidades têm localização longínqua e fora do perímetro urbano; a censura de fotos e cartas é constante; há formatação de normas e condutas; há proibição de atividades externas, ainda que no ECA esteja previsto com a autorização da equipe, no Rio de Janeiro somente com autorização judicial.

Conforme Foucault, o encarceramento cumpre uma função simbólica importante: para o adestramento dos corpos, transformação dos mesmos em corpos dóceis. Toda a engrenagem constitui formas à “(...) expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. (Foucault, 2009, 21)

Exemplificando com Mettray, o referido autor destaca que:

A modelagem do corpo dá lugar a um conhecimento do indivíduo, o aprendizado das técnicas induz a modos de comportamentos e a aquisição de aptidões se mistura com a fixação de relações de poder; formam-se bons agricultores vigorosos e hábeis; nesse mesmo trabalho, desde que tecnicamente controlado, fabricam-se indivíduos submissos, e constitui-se sobre eles um saber em que se pode confiar. (Foucault, 2009, p. 278)

Cumpra também uma função econômica, já que também tem um efeito econômico com a produção de sujeitos disciplinados para esta sociedade industrial, “ajustamento a um aparelho de produção” (Foucault, 2009).

Para ele, Foucault, o trabalho foi definido como um dos agentes de transformação carcerária atribuído pela sociedade. Todavia, estabelece uma relação de poder, tonando-se, com o isolamento, um “esquema de submissão individual” e “ajustamento”.

Wacquant (2012), por sua vez, destaca que para além do “adestramento” dos corpos, a prisão contemporânea assume a função política de neutralização brutal dos sujeitos e de vigilância das categorias sociais desfavorecidas por conta do avanço das ações neoliberais. Para ele:

A marca punitiva das mudanças recentes tanto nas políticas assistenciais quanto nas políticas judiciais aponta para uma reconstrução mais ampla do estado (...). A penalização paternalista da pobreza almeja conter as desordens urbanas alimentadas pela desregulamentação econômica e disciplinar das frações precarizadas da classe trabalhadora pós-industrial. (Wacquant, 2012, p.12)

Ou seja, não é a insegurança criminal que tem solicitado respostas do Estado, e sim a insegurança social instaurada pela crise do trabalho. Para a regulação destas instabilidades, o Estado propõe a estas classes sociais o atendimento no sistema penal e na Assistência Social, o que garante a conservação das bases estruturais do sistema mesmo em grave crise (Wacquant, 2012).

Neste foco centralizado nas questões macrossociais, Rusche & Kirkchheimer apontam que as práticas penais específicas possuem determinações históricas e estruturais. Elas cumprem uma função singular na sociedade. São demandadas por uma ordem societária que tem como diretriz a produção material

e das relações sociais. Para os autores, as principais determinações das penas são as questões materiais. Ou seja:

Todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção. (...) o uso e a rejeição de certas punições e a intensidade das práticas penais, uma vez que elas são determinadas por forças sociais, sobretudo pelas forças econômicas e, conseqüentemente, fiscais. (Rusche & Kirkchheimer, 2004, p.20)

Como outra característica, Moreira (2005), ao apontar os estudos de Zaffaroni, declara que para o autor o sistema penal é a manifestação de poder, assim, é palco de disputas políticas.

Como já apontado, não há como distanciar as análises dos autores sobre o encarceramento. Elas se complementam, uma vez que a privação de liberdade cumpre as funções de corroborar o ordenamento social vigente com a subalternidade das classes, sanciona a função de poder e controle, manipula os sujeitos e os modela, garante a produção, abafa as tensões e, por último, cumpre uma função política.

A história social e política brasileira sempre apresentou como diretriz a criminalização e a contenção dos pobres. E o sistema socioeducativo, seguindo esta linha, representa um aparato estatal de confinamento desta classe criminalizada. O corte de etnia, de territorialidade e de classe, conforme os dados já apresentados, ratificam esta assertiva. A sociedade continua, apesar de anos e da aprovação de leis de proteção à infância e adolescência, a culpabilizar as camadas empobrecidas e a interná-las em centros socioeducativos.

Todavia, o sistema socioeducativo representa um sistema paradoxal, capaz de assumir dupla função. Ainda que tenha a proposta de uma política de encarceramento, deve disponibilizar ao adolescente a possibilidade do ingresso às políticas públicas e sociais. E o faz contraditoriamente, pois somente a partir da perda do direito à liberdade que os adolescentes acessam direitos que deveriam ser assegurados de forma preventiva.

Certo jovem ao ingressar no sistema socioeducativo para cumprimento de medida de internação não sabia informar seu nome completo, data de nascimento, idade, entre outras informações. Ao ser indagado como não sabia de informações

básicas sobre sua vida, ele respondeu que nunca tinha sido registrado. O nome que constava no processo judicial era na verdade o nome do seu primo. Ele utilizava a certidão de nascimento deste primo para estudar, assim, se apropriou deste nome. O espantoso é que esta era a sua segunda passagem pelo sistema socioeducativo e ele não tinha qualquer documentação civil.

É necessário ouvir os usuários deste sistema, com suas impressões do encarceramento e o trabalho realizado pelo DEGASE. Neste questionamento, o foco foi o auxílio do sistema socioeducativo para a inserção no mundo do trabalho. Os dados empíricos da pesquisa, que serão apresentados no próximo capítulo, explorarão mais detalhadamente o sistema socioeducativo como um aparato paradoxal.

Vale, então, analisar os resultados da pesquisa.

4 Os contornos da análise

Tá vendo aquele colégio, moço? / Eu também trabalhei lá / Lá eu quase me arrebento / Fiz a massa, pus cimento / Ajudei a rebocar / Minha filha inocente / Vem pra mim toda contente / "Pai, vou me matricular" / Mas me diz um cidadão / "Criança de pé no chão / Aqui não pode estudar"

Zé Ramalho

O objetivo deste capítulo é apresentar a pesquisa e os caminhos percorridos. Cabe aqui explorar o perfil dos adolescentes pesquisados, o campo de pesquisa e os instrumentos utilizados. A condução garante o reconhecimento da subjetividade dos atores pesquisados e suas condições de vida. O esforço empreendido endossa as questões já debatidas teoricamente nos capítulos 1 e 2.

A primeira parte fundamenta-se sobre os caminhos traçados até a obtenção dos resultados. Por último, garantem-se o debate teórico e os resultados alcançados com a apresentação das implicações e do discurso dos adolescentes sobre suas vivências e aportes aprofundados.

4.1. Percursos da pesquisa

Campo de Pesquisa

A escolha pela unidade de internação Escola João Luís Alves (EJLA), como campo de pesquisa, se deu pela unidade se apresentar como um espaço privilegiado de análise das problematizações desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores, correspondendo ao local de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado com adolescentes principalmente da Cidade do Rio de Janeiro e regiões metropolitanas.

A unidade EJLA localiza-se na Ilha do Governador e foi fundada pelo Decreto Nº. 17.508 de 4 de novembro de 1926. Na época, tinha como objetivo, conforme o Artigo 2º:

(...) receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, de mais de 14 e menos de 18 anos de idade, que forem julgados pelo juiz de menores, e por este mandados internar.

Hoje, tal unidade integra o DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas. O órgão está vinculado à Secretaria de Estado de Educação para execução da medida socioeducativa em meio fechado no Estado do Rio de Janeiro. O DEGASE foi criado em 1993, atendendo o princípio de descentralização, através do Decreto nº 18.493, de 26/01/93.

O DEGASE possui oito unidades de internação – localizadas no Rio de Janeiro, nos bairros de Bangu e Ilha do Governador; Belford Roxo; e Campos dos Goytacazes. Possui também 17 Unidades de Semiliberdade (Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente - CRIAAD) – situadas no Rio de Janeiro, nos bairros de Ilha do Governador, Bangu, Penha, Ricardo de Albuquerque e Santa Cruz; Niterói; São Gonçalo; Duque de Caxias; Nilópolis; Nova Iguaçu; Barra Mansa; Volta Redonda; Cabo Frio; Macaé; Campos dos Goytacazes; Nova Friburgo; e Teresópolis.

Em documento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2012, o sistema socioeducativo do Rio de Janeiro é o mais centralizado da Região Sudeste, com concentração das unidades nas regiões metropolitanas. Poucos são os equipamentos no entorno do Estado.

Este órgão divulgou em 2011, pelo Programa Justiça Jovem²⁹, que o Brasil possuía 17.502 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade. Destes, 537 estão em unidades de internação e internação provisória no Estado do Rio de Janeiro.

Realizamos a pesquisa no mês de janeiro de 2014 com o total de oito encontros na unidade.

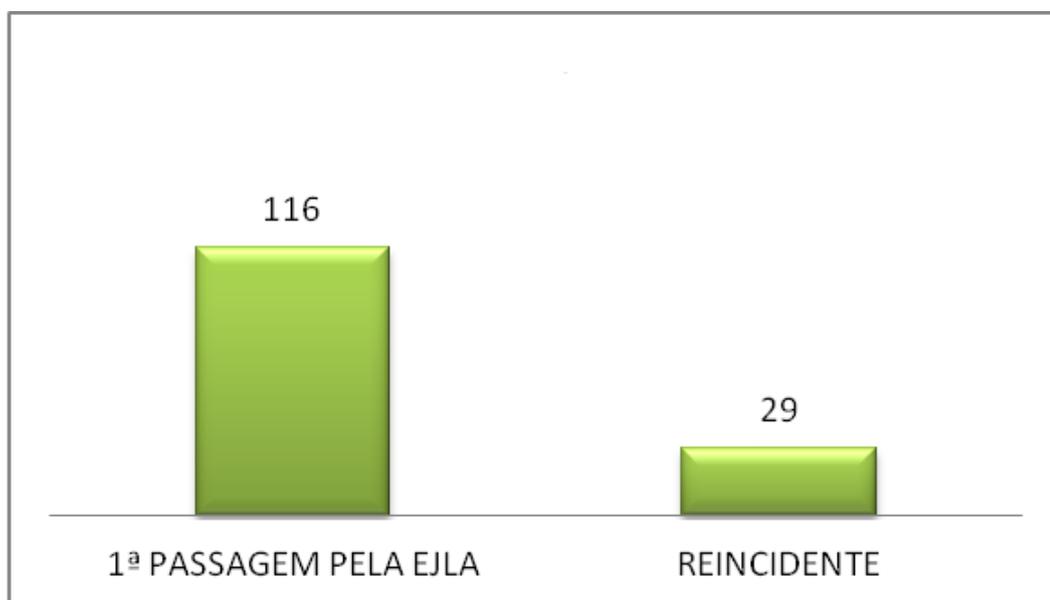
²⁹Disponível em: http://wwwh.cnj.jus.br/portal/images/programas/justica-ao-jovem/relatorio_final_rio_de_janeiro.pdf, acesso em: 14 de abril de 2014.

No momento da entrevista, a EJLA estava com 145 adolescentes em cumprimento de medida, sendo que a capacidade é para 112 internos. A unidade deve atender os adolescentes que são da Capital do Rio de Janeiro e com idade até 16 anos. Entretanto, na realidade, não é assim que ocorre. O número reduzido de equipamentos no interior, as dificuldades no dia a dia com os adolescentes, o entendimento distinto dos Juízes e a facilidade no acesso à unidade por determinadas cidades são alguns motivos para o perfil diferenciado dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação nesta unidade.

Traçamos um perfil de todos os adolescentes internados na EJLA em janeiro de 2014. Os dados foram fornecidos pela unidade. No ingresso do adolescente, os profissionais da EJLA coletam dados sobre o número de passagens do adolescente pela unidade, a idade, o ato infracional, a cidade do ato infracional e a escolarização. Esses dados são da instituição e foram fornecidos para compor a pesquisa. Os adolescentes em sua entrada apresentam o seguinte perfil:

1) Passagens pela EJLA - apesar de alguns adolescentes possuírem passagens em outras unidades, 80% estavam pela primeira vez na EJLA.

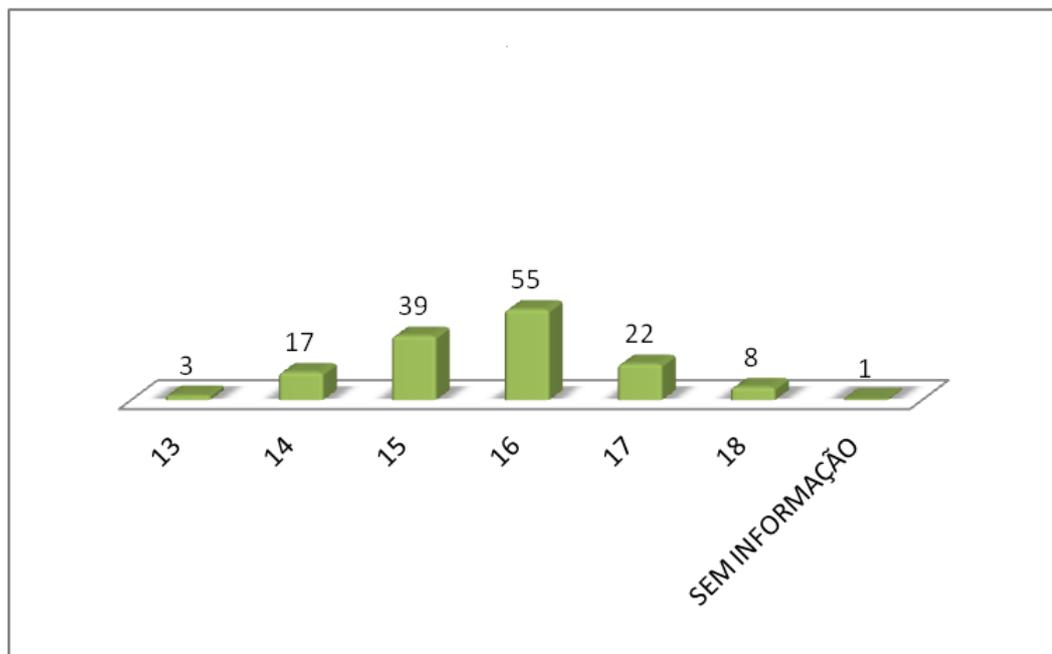
Gráfico 4 - Número de adolescentes em relação à primeira passagem e reincidência pela Escola João Luís Alves em janeiro de 2014



Fonte: EJLA, 2014, tabulação própria.

2) Idade – Como já apontado, a EJLA prioriza o atendimento aos adolescentes com idade entre 12 e 16, entretanto, ainda existem alguns adolescentes com idade superior aos 16 anos.

Gráfico 5 - Idade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves em janeiro de 2014

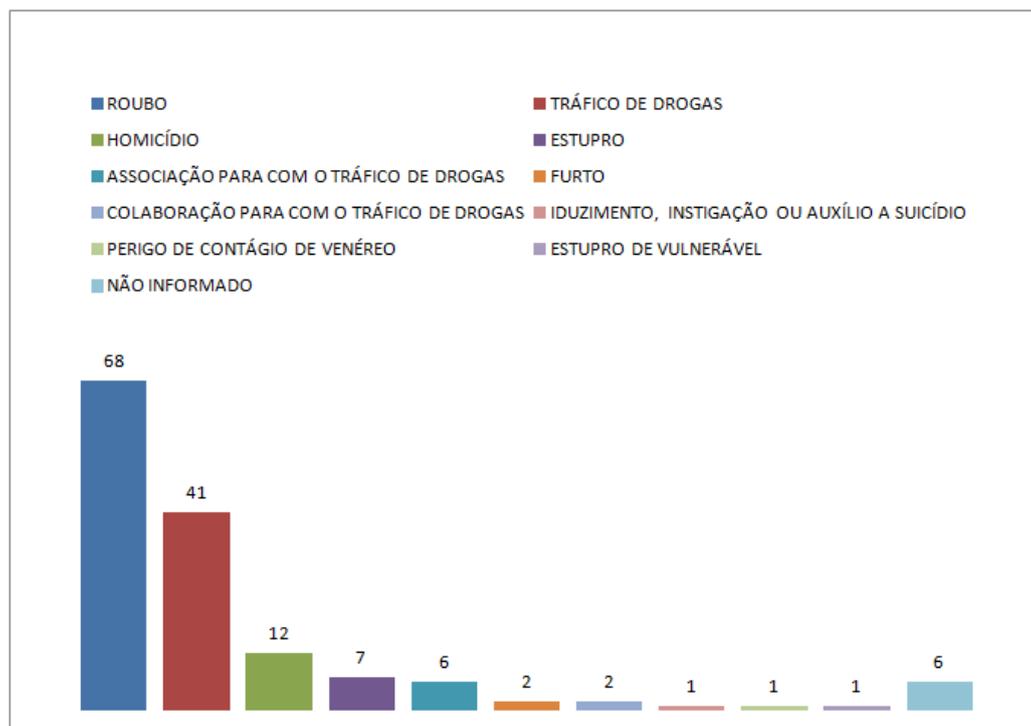


Fonte: EJLA, 2014, tabulação própria.

3) Ato infracional análogo ao crime tipificado no código penal – dois adolescentes respondem por dois atos infracionais simultaneamente.

Dos adolescentes internados, 46,9% cometeram atos infracionais análogos ao roubo; 33,8% análogo ao tráfico ou ligação com o tráfico de drogas; 9% estupro e atos que envolvem conjunção carnal; 8,3%, homicídio; furto representa 1,4%; auxílio ao suicídio, 0,7%. Os dados demonstram que os atos com grave violência são bem inferiores aos crimes contra o patrimônio ou tráfico de drogas.

Gráfico 6 - Atos infracionais cometidos pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves em janeiro de 2014



Fonte: EJLA, 2014, tabulação própria.

4) Cidade dos Atos Infracionais – não necessariamente os adolescentes residem nestas cidades, mas os atos infracionais foram cometidos nelas.

Dos internos, 14,5% são originários do Rio de Janeiro.

Percebemos uma interiorização dos atos infracionais localizados na Região Metropolitana do Estado, principalmente Niterói com 12,4% dos internos. O Leste Fluminense – São Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito e Tanguá – possui 37,24% dos adolescentes em cumprimento na EJLA.

O Norte e Noroeste do Estado já possuem uma unidade de internação, desta forma não aparece qualquer adolescente dessas regiões.

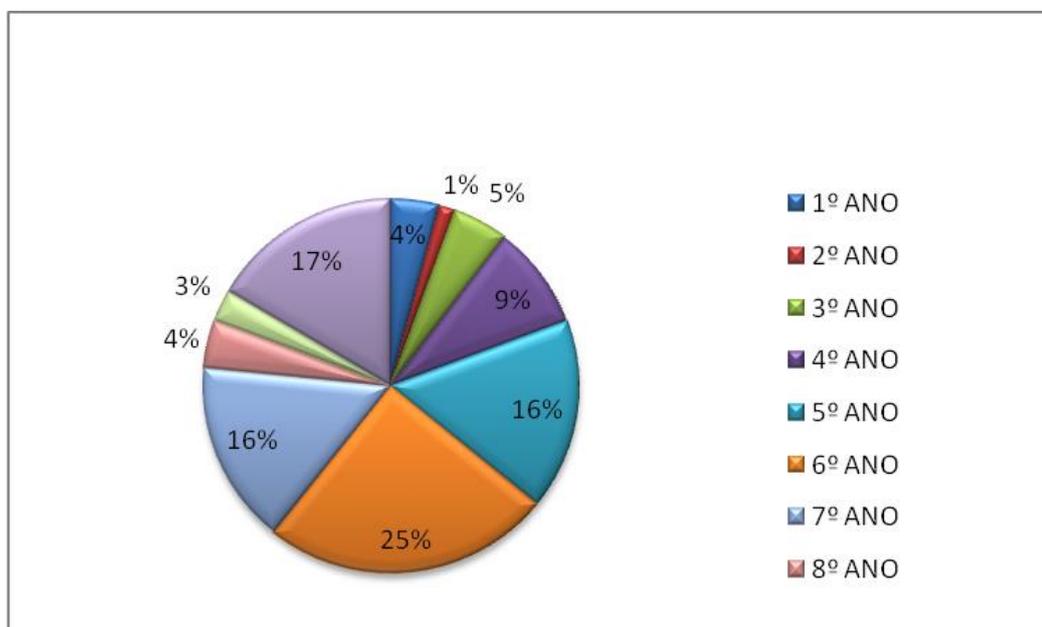
Poucos eram os adolescentes da Região Sul na unidade, já que a Unidade de Volta Redonda estava sendo inaugurada e os adolescentes estavam sendo transferidos paulatinamente.

Há 8,3% de adolescentes da Baixada Fluminense - Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Magé, Japeri, Guapimirim e Mesquita. O número é expressivo pela Região contar com uma unidade de internação, Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo – CAI BR.

É possível indagar se o fenômeno o qual chamamos de interiorização dos atos infracionais pode ter como um dos aspectos determinantes a implantação das UPPs na Cidade do Rio de Janeiro e na política de segurança pública adotada pelo Estado do Rio de Janeiro. Esta política tem por objetivo forte repressão policial concentrada na Capital pela proximidade dos grandes eventos internacionais³⁰.

5) Escolarização – nenhum adolescente estava no Ensino Médio.

Gráfico 8 - Ano escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves em janeiro de 2014



Fonte: EJLA, 2014, tabulação própria.

Com o recorte especificamente do grupo apresentado, cabe neste momento identificar os escolhidos para a entrevista.

³⁰ Compreender melhor em “Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões” do Instituto de Estudos da Religião (ISER) Disponível em: <<http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunica%C3%A7oes-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf>>

Seleção dos sujeitos entrevistados

A pesquisa tinha como expectativa entrevistar todos os adolescentes reincidentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luiz Alves, residentes no Rio de Janeiro, com idade acima de 16 anos e com alguma experiência de trabalho, seja formal ou informal. O universo inicialmente previsto seria de 29 adolescentes, em sete encontros estipulados ao DEGASE como Plano de Pesquisa (Anexo 1). Estes 29 adolescentes foram escolhidos por representar o perfil acima citado. Entretanto, dadas as dificuldades e limites temporais, realizamos a entrevista com o número de 20 adolescentes que estavam em cumprimento da medida no período da pesquisa. As dificuldades foram: muitas atividades dos adolescentes – cursos, atendimentos técnicos, audiências, atendimentos jurídicos da Defensoria Pública e Ministério Público, entre outras tantas atividades; falta de espaço para realização da pesquisa, sala ou lugar que garantisse o sigilo; e poucos profissionais na organização da unidade para auxiliar na condução dos adolescentes e garantir a segurança no espaço.

Com isso, foram entrevistados 20 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luiz Alves. Todos tinham acima de 16 anos.

O perfil dos adolescentes entrevistados foi:

- três possuíam 16 anos de idade;
- cinco estavam com 17 anos de idade;
- nove com 18 anos de idade;
- três estavam com 19 anos de idade.

Sobre as passagens, não foi possível privilegiar os reincidentes, diante das dificuldades acima relatadas. Assim, oito dos adolescentes entrevistados estavam pela primeira vez em internação e doze eram reincidentes. Porém quinze adolescentes já estiveram em cumprimento de outras medidas socioeducativas.

Em relação à etnia, os dados são baseados nas declarações dos adolescentes, com a fundamentação de que a cor/etnia constitui um dado declaratório, uma autoidentificação dos sujeitos. Neste caso, oito adolescentes se identificaram

enquanto brancos; cinco, enquanto pardos; seis negros; e um adolescente não soube informar.

O tratamento dos dados sobre com quem os adolescentes residem foi baseado na figura da mulher como principal responsável. Ou seja, ao referir-se que mora com ambos os pais, entre eles, padrasto ou os avós, destacamos a mulher como Responsável Familiar.

No caso dos adolescentes entrevistados, sete residiam com as avós, sendo estas as principais responsáveis; seis com a mãe; dois residiam sozinhos; apenas um com a companheira. Como dado diferenciado, quatro famílias possuíam o pai como o Responsável Familiar, estes casos aparecem sem a presença de uma figura feminina.

Apesar da pesquisa conter o questionamento sobre a renda familiar, doze entrevistados não souberam informar. Os outros apenas informaram sem qualquer precisão. Ainda assim, dessas famílias, a renda não ultrapassa quatro salários mínimos. Dois informaram renda de até um salário; um adolescente informou renda de um salário e meio; dois com renda de dois salários; e um adolescente informou renda de três e outro de quatro salários mínimos.

A grande parte dos adolescentes indicou não possuírem filhos, o número corresponde a treze entrevistados. Quanto aos demais:

- cinco adolescentes possuem um filho;
- um entrevistado respondeu que possui dois filhos;
- um entrevistado possui três.

A característica da residência na maioria dos casos é própria. Com:

- quinze dos adolescentes residindo em casas próprias;
- quatro em casas alugadas;
- um não soube informar.

Com relação ao tipo de ato infracional, mais uma vez identificamos uma direção da sociedade em internar adolescentes por atos contra o patrimônio. Dos entrevistados, treze estão em internação por ato infracional análogo ao crime

tipificado como roubo. O ato análogo ao tráfico representa quatro. Os atos mais graves com ameaça à vida ou integridade física representam seis do total.

Vale ressaltar que alguns adolescentes estão em internação em decorrência de alegada prática de mais de um ato infracional, portanto, os números de atos infracionais são maiores que os de adolescentes entrevistados.

A principal idade para início dos atos infracionais foi indicada como de 13 anos. As entrevistas realizadas revelam que:

- cinco adolescentes ingressaram com esta idade na infracionalidade;
- cinco adolescentes não souberam informar ou nunca haviam cometido ato infracional antes desta internação;
- três cometeram atos ilícitos pela primeira vez aos 16 anos de idade;
- dois cometeram com 12 anos de idade;
- dois, com 14 anos de idade;
- dois, com 15 anos de idade;
- um, com 10 anos de idade.

Vale salientar que a maior parte dos entrevistados obteve uma vivência na infracionalidade antes dos 16 anos de idade. Esta idade é um marco para a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho formal e legal.

O universo dos adolescentes pesquisados representa 13,79% dos internos na unidade, garante uma amostragem da análise dos adolescentes em internação. Acrescido aos dados levantados em pesquisas e às bibliografias, a amostragem possibilita reconhecer algumas dimensões da realidade vivenciada pelo grupo.

Instrumentos da pesquisa

Quanto aos instrumentos utilizados na pesquisa, foi priorizada a coleta de dados qualitativos. Investimos na tentativa de apreender as histórias de vida e as trajetórias vividas até os atos infracionais. Todavia, diante da riqueza de detalhes que o campo apresenta, foram adicionadas as observações e experiências de profissionais. Utilizamos os recursos de:

- Entrevistas semiestruturadas baseadas num questionário confeccionado com o foco no perfil do adolescente e em suas perspectivas de trabalho (vide Anexo 2). Todas as informações colhidas foram fundamentadas unicamente nas repostas dadas no momento da entrevista pelos adolescentes. Não utilizamos qualquer pesquisa documental ou pesquisa com a equipe técnica que acompanha o adolescente para esta dimensão de análise. As entrevistas foram realizadas individualmente, com tempo médio de duração de trinta minutos, e foram relatadas em diários de campo. Não foi utilizado nenhum tipo de recurso audiovisual com o objetivo de resguardar a identidade dos adolescentes. Os adolescentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3) e receberam cópia do mesmo.

- Pesquisa bibliográfica, leituras e análises dos recentes materiais acadêmicos, jornalísticos e pesquisa documental sobre adolescente; questão social; violência; trabalho; cumprimento de medida socioeducativa; crise do trabalho; encarceramento, entre outros temas que dialogam com a temática.

- Observação - desenvolvimento de diário de campo com as impressões e questionamentos suscitados no momento da pesquisa.

Para a realização da pesquisa, foi necessária a autorização do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire – DEGASE, e da II Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro. Por conta dos processos burocráticos para a obtenção destas autorizações, o tempo previsto para as entrevistas ficou escasso, o que levou à redução de algumas metas inicialmente estabelecidas, como já relatado. Ainda assim, foi possível apreender grandes histórias de vida e fazer importantes reflexões sobre a condução social na proteção aos adolescentes pobres no Brasil, e mais ainda, aos adolescentes do sistema socioeducativo.

Acrescentamos aos resultados da pesquisa impressões pessoais, observações, discursos de alguns profissionais e a participação como convidada de um trabalho em grupo³¹.

³¹ Fomos convidados pela psicóloga da equipe de trabalhadores da EJLA para participar de um trabalho em grupo com o tema trabalho. A profissional perguntava aos adolescentes sobre quais profissões vislumbravam seguir como carreira profissional. Com o ideário deste trabalho a psicóloga discutia como estes trabalhadores atuam na sociedade.

Vale agora destacar algumas intercorrências da pesquisa. Foram enfrentadas para a concretude da pesquisa algumas dificuldades, entre elas, a necessidade de cumprir os prazos e conseguir as autorizações para a realização do estudo.

Entretanto, no planejamento foi idealizado um universo de adolescentes pesquisados maior, com possibilidades de uma escuta mais qualificada e com outros encontros, a fim de adquirir maiores e melhores esclarecimentos sobre a identidade social estigmatizada.

Quanto às entrevistas, não houve resistência dos adolescentes. Alguns até solicitaram a participação. Muitos questionaram se seriam encaminhados para o trabalho e como eles poderiam ser beneficiados com a pesquisa.

Apenas dois adolescentes se recusaram a responder o questionário. Foram deixados livres para escolher a participação ou não.

Um dos adolescentes tentou me manipular com apelo sexual. Como já afirmado, uma das características dos adolescentes é o desafio.

Estas dificuldades foram superadas e a pesquisa concluída.

4.2. Tratamento dos dados

O percurso que foi seguido para a análise do material exigiu o esforço de articular o discurso dos sujeitos e as reflexões dos capítulos anteriores desta dissertação. Além dos cruzamentos entre dados empíricos e teóricos, foram empreendidos cruzamentos destes dados primários, colhidos no âmbito da presente pesquisa, bem como de dados secundários, advindo de outras pesquisas publicadas neste campo temático.

Cabe agora um retorno às indagações centrais deste estudo, quais sejam: Que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentemente no mundo do trabalho e os impactos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Essas mudanças foram capazes de produzir orientações

importantes na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Que orientações foram essas? Quais são os reflexos desta identidade atribuída ao adolescente, como “marginal”, “bandido” e “menor”, para a sua inserção no mercado formal de trabalho?

Foram necessários recortes destas indagações para melhor explorar esta temática e a partir daí decifrar as trajetórias teóricas e empíricas deste estudo.

1 - Que relações podem ser apontadas entre as mudanças recentes no mundo do trabalho e seus impactos para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?

Acentuação do trabalho informal, rotatividade e baixos salários.

O fenômeno do trabalho informal não é recente, entretanto, no quadro atual de crise do modo de produção capitalista, há uma intensificação dos trabalhadores em vínculos precarizados, fragilizados, rotativos e sem quaisquer garantias legais. Estas consequências vão desencadear também o rebaixamento dos salários e o desemprego estrutural. (Antunes, 2006)

Como já explicitamos, esta conjuntura tem afetado toda a sociedade, todavia, são os pobres os mais afetados com estas questões: experimentam a falta de acesso aos direitos, à escolarização e à profissionalização. (Pochmann, 2006; Soares, 2010)

Constatamos que, dos adolescentes entrevistados, um nunca havia trabalhado; dezenove adolescentes possuíam alguma experiência de trabalho, sendo que **nenhum desses 19 havia sido empregado de maneira formal**. É um dado importante e alarmante, 95% dos adolescentes entrevistados já haviam trabalhado pelo menos em dois empregos e todos de maneira informal.

Cabe apontar as atividades destacadas pelos adolescentes:

Tabela 3 - Inserção no trabalho relatado pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014

Atividade	Quantidade de adolescentes
Adolescentes como ajudantes na construção civil (pintor, pedreiro, marceneiro)	13
Balconistas e ajudantes em comércio (com as tarefas de: arrumar prateleiras, atendente, vendas, entregas e/ou limpeza em lanchonetes, jornaleiro, floriculturas e mercados)	9
Ajudantes de padeiro	4
Garçons	3
Ajudantes de lanterneiro e de mecânico	2
Cobreadores de transporte alternativo	2
Ambulante	1
Atividades do campo, em fazenda	1
Embalador	1
Instalação de jogos	1
Jardineiro	1
Lava-jato	1
Montadores de brinquedos	1
Orientador comercial	1
Pescador	1
Vendedor	1
Vidraçaria	1

Fonte: Guimarães, tabulação própria.

Cabe considerar que a informalidade não se dá somente pela crise estrutural mas também pela ilegalidade. Esta ilegalidade é tanto de empregos fora dos padrões exigidos pelo ECA para a proteção ao trabalho e idade quanto pelos trabalhos no tráfico de drogas. Além da fragilidade legal destes vínculos, há também a fragilidade em sua permanência, isto é, constata-se grande rotatividade:

- em vinte e quatro desses trabalhos, os adolescentes estiveram por menos de 6 meses;
- em quatro desses, os adolescentes estiveram entre 6 meses até 1 ano;
- em seis atividades realizadas pelos adolescentes, aparece a permanência de um ano;

- em três atividades, os adolescentes estiveram vinculados por mais de dois anos.

Nesta relação de permanência não contabilizamos o tempo no tráfico de drogas, reservamos um espaço específico em outro momento para esta categoria.

Sobre os salários também excluimos o tráfico de drogas deste quesito. A grande maioria dos adolescentes trabalhava com ganhos de menos de um salário mínimo mensal, representavam vinte e seis atividades com tais ganhos; em cinco atividades, os adolescentes recebiam um salário; e em seis atividades, ganhavam até um salário e meio.

É importante registrar que esta contabilidade foi complexa, uma vez que os adolescentes recebem por diárias, semanas ou quinzenas de trabalho. São empregos sem regularidade, onde em uma semana pode ganhar determinado valor e na outra não ganhar nada.

Grupos com menor escolaridade são os mais afetados com as mudanças no mundo do trabalho – desemprego, subemprego e flexibilizações.

Os dados aqui levantados sobre a escolarização ratificam a baixa frequência e a dificuldade em manter os adolescentes nos bancos escolares. Este quadro impõe a problematização sobre o tipo de escolarização que está sendo oferecida, além de reforçar críticas sobre políticas públicas que pouco avançaram no incentivo e na manutenção de alunos nas escolas³². Ainda, os dados reiteram que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa representam o grupo excluído de uma escolarização e profissionalização de qualidade.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a idade adequada para a alfabetização é de até oito anos de idade³³. Neste sentido, aos dezesseis anos os

³² Apesar dos programas sociais, como o Bolsa Família, condicionarem o recebimento do benefício a partir da permanência das crianças e adolescentes na escola. Hoje, admite-se que a família receba tal benefício mesmo que o adolescente a partir de 16 anos esteja fora da escola. A sanção será a perda apenas do benefício do adolescente, Benefício Variável Jovem. Para melhores esclarecimentos acessar o site <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/efeitos-de-descumprimento%20>>

³³ Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Acesso em 10 de Abril de 2014 <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>

adolescentes deveriam cursar o 9º ano do Ensino Fundamental. Entretanto, dentre os entrevistados no sistema socioeducativo, encontramos dezenove adolescentes estudando no Ensino Fundamental e apenas um no Ensino Médio. Especificamente, os entrevistados estavam inseridos em:

Tabela 4 - Ano escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014

Ensino Fundamental							Ens. Médio
1º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	1º Ano
1	1	1	1	8	6	1	1

Fonte: Guimarães, tabulação própria.

Conforme dados do movimento “Todos Pela Educação”, a média brasileira de anos de estudo de pessoas com idade acima de 25 anos, em 2011, era de 7,4 anos de estudo, ou seja, até o 7º ou 8º ano escolar (Brasil, 2011). O IBGE destaca ainda que os jovens brasileiros de 18 a 24 anos de idade que ganham até ¼ do salário mínimo estudaram 4,6 anos; os que ganham mais de dois salários mínimos apresentam 10,6 anos de estudo (Brasil, 2009). Esses dados refletem a precariedade da escolarização dos jovens pertencentes às camadas empobrecidas na sociedade contemporânea e coadunam com os dados extraídos nesta pesquisa.

Retornando aos dados dos adolescentes pesquisados, todos estavam matriculados na escola que funciona dentro da Unidade do DEGASE³⁴ no momento da entrevista. Antes da internação, apenas três estavam matriculados em escolas de suas comunidades e as estavam frequentando, dezesseis estavam fora da escola e um não informou sua situação. Dos adolescentes fora da Escola, 10 estavam há mais de dois anos sem frequentar o ensino regular.

Desses 16 adolescentes fora da escola, as justificativas apontadas para esta interrupção foram:

³⁴ A Secretaria Estadual de Educação tem equipamentos escolares em todas as Unidades de Internação Provisória do Estado.

Tabela 5 - Justificativas para a evasão escolar relatadas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014

Sem vontade	1
Atividades ilícitas	8
Repetência	1
Desânimo	4
Indisciplina	1
Uso de drogas	1

Fonte: Guimarães, tabulação própria.

Destaque para o envolvimento em atividades ilícitas. A inserção principalmente no tráfico é um fator incompatível com a permanência na escola. A escola perde o sentido e não cria condições para a continuação desses adolescentes como alunos. *“Depois que entrei para o crime, a escola perdeu a importância”* – Adolescente informando os motivos para a sua saída da escola.

Sobre a justificativa desânimo, vale considerar que 3 dos 4 adolescentes que informaram esta resposta estavam no tráfico de drogas no período em que deixaram os bancos escolares. Novamente nos permite fazer a reflexão sobre as dificuldades de permanência na escola e o envolvimento em atividades ilegais.

Estes adolescentes não estarão somente fora do acesso ao trabalho pela identidade de “bandido” ou “marginal” imposta pela sociedade mas também pela falta de acesso à profissionalização e escolarização. É possível questionar se esta falta de acesso à educação e ao trabalho regular, subsequentemente, tenderia a reforçar a permanência de seus envolvimento com a prática de atos infracionais. Este conjunto de fatores parecem formar um ciclo vicioso: a sociedade impõe a um determinado grupo uma identidade estigmatizada, esta identidade, por sua vez, o exclui do acesso aos direitos e o grupo internaliza esta identidade a partir da infracionalidade ou segregação. São questões que se atravessam sem início ou fim, são concomitantes, contínuas e reflexivas.

Contradição: Acesso aos direitos somente quando o adolescente é privado do seu direito à liberdade

Já destacamos o paradoxo da medida socioeducativa, quando somente pela via da infração alguns adolescentes terão acesso a certos direitos fundamentais. De acordo com o conceito de “cidadania negativa” de Nilo Batista (Batista, 2003), apenas através da ação coercitiva do Estado os sujeitos terão possibilidades de acesso a políticas e serviços públicos.

Constatamos essa assertiva no tópico anterior sobre o acesso à escolarização, onde dezesseis adolescentes só retornaram ao estudo no sistema socioeducativo. Apenas a escola do sistema socioeducativo é capaz de absorver esses adolescentes. É notório que esta absorção vem acompanhada da ação impositiva do Judiciário e da força. Não há espaço para a ingenuidade.

Não somente na escolarização, mas também na realização de cursos e preparação escolar profissionalizante, verificamos o acesso invertido aos direitos. Dentre os entrevistados: um realizou cursos apenas em sua comunidade, este não estava matriculado nos cursos oferecidos pelo DEGASE; três já haviam feito cursos em sua comunidade e no sistema socioeducativo; dezesseis haviam realizado cursos apenas no DEGASE.

Ademais, o acesso aos programas, serviços, benefícios e projetos sociais pouco aparece no discurso dos adolescentes. Dos entrevistados, quinze indicaram nunca terem participado – pessoalmente ou por meio de sua família - de qualquer programa social. Neste momento, cabe destacar dois importantes apontamentos:

1) Os adolescentes pouco sabem sobre suas dinâmicas familiares. Este fato é evidenciado pelas informações imprecisas sobre a renda, trabalho e/ou idade dos membros familiares. Desta forma, os adolescentes não apresentam clareza sobre programas em que somente o Responsável Familiar participa, tais como Bolsa Família ou CRAS;

2) Os adolescentes não indicam ter acesso aos serviços de Proteção Social Básica como forma de prevenção à violação de direitos ou rompimento dos vínculos familiares, tais como Projovem, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre outros.

Sobre os programas sociais:

- cinco indicaram que participavam de programas sociais;
- dois acessaram o Bolsa Família;
- dois participaram do PETI;
- um esteve em atividades no CRAS.

É necessário compreender que o DEGASE representa uma instituição paradoxal, instituída pela lógica de criminalizar a pobreza, no entanto, com possibilidades de certas garantias (Batista, 2003). Assim, a questão central não está em meramente “demonizar” o sistema socioeducativo, mas, sim, criar formas para a discussão do trato dado pela sociedade à questão da infância e da desigualdade social.

2 - Essas mudanças foram capazes de produzir orientações importantes na vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa? Que orientações foram essas? Quais são os reflexos desta identidade atribuída ao adolescente, como “marginal”, “bandido” e “menor”, para a sua inserção no mercado formal de trabalho?

Os motivos dos Atos Infracionais ratificam a identidade social estigmatizada

Conforme discutimos, a identidade social estigmatizada é a imposição pejorativa de uma marca colocada pela sociedade sob uma determinada classe social por estar fora dos padrões estabelecidos pela hegemonia (Melo, 1999; Goffman, 1988). Esta imposição tem determinações sociais, históricas e culturais.

A identidade social estigmatizada orientaria a vida desta classe social. Ela não determina que caminhos tal classe deva seguir, contudo, limita as alternativas que possuem. Como exemplo disso, um adolescente relata sobre sua vida em comunidade após a internação:

Não posso andar na rua. Querem me levar preso mesmo sem fazer nada.

Este adolescente está marcado pela identidade de “bandido” e, ainda que não esteja em atividades ilegais, está estigmatizado como alguém que é suspeito e potencialmente criminoso. Estas são algumas das dificuldades enfrentadas pelos adolescentes com uma identidade social estigmatizada, expressas inclusive na conquista de um emprego formal. Em uma destas tentativas, um adolescente relata que:

Os caras [policiais] falaram que onde me ver vão me queimar.

O exemplo acima é análogo à experiência relatada por outro adolescente entrevistado. Este trabalhava como ajudante de padaria e seus empregadores sabiam que ele era egresso do sistema socioeducativo. Por este motivo, seus patrões começaram a receber visitas de policiais sem justificativa. Os policiais passaram a informar a esses empregadores que o adolescente estava frequentando uma “boca de fumo” local, ponto de venda de drogas. Este fato constante fez com que o adolescente abandonasse o emprego e retornasse ao tráfico.

Os adolescentes, por vezes, se apropriam desta identidade em um processo de internalização subjetiva, adquirindo como alternativa a infração (Vilhena, e Zamora, 2011). São diversos os motivos relatados por eles para este quadro, principalmente relacionados à conquista de bens materiais e afirmação ou visibilidade em uma sociedade baseada no consumo e em relações frágeis.

Para não depender de ninguém. Forma mais fácil de me virar. - Adolescente declara sobre por que ingressou no tráfico de drogas

No quesito sobre os motivos que os conduziram a cometer atos infracionais, eles responderam:

Tabela 6 - Motivos para os atos infracionais relatados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014

Dinheiro	9
Diversão / Adrenalina	3
Influência de amigos / comunidade	3
Drogas	2
Mulheres	2
Não informou	2
Independência	1
Curiosidade	1
Vida nas ruas	1
Vingança	1
Poder / Fama	1
Regras do Tráfico	1

Fonte: Guimarães, tabulação própria.

O principal motivo indicado são os ganhos financeiros e bens que as atividades ilícitas proporcionam. Na resposta “dinheiro”, estão incluídas coisas que se conquistam através deste: carros, moto, roupas, entre outros. O pertencimento nas classes pobres jamais garantiria a este adolescente as conquistas que obtiveram com o tráfico (Vilhena, e Zamora, 2011).

Minha família não tinha condições de comprar uma roupa maneira pra mim -
Declara o adolescente sobre sua inserção no tráfico de drogas.

Outro adolescente relatou que possuía tudo que gostaria de ter até a morte de seu avô, depois a família não teve como arcar com as despesas e a infração possibilitou a continuidade de consumo.

Na perspectiva dos adolescentes, as mulheres aparecem como um item de desejo, análogo ao rol de bens a serem conquistados a partir de sua relação com os atos ilícitos. A figura feminina, na forma como foi retratada por alguns destes adolescentes, é como um objeto de consumo.

É importante destacar os seguintes motivos: influência de amigos/comunidade, poder e fama. A busca por aceitação torna-se prioridade em

uma sociedade de exclusão e negação aos estigmatizados. Essa aceitação pode ser através de dinheiro, do medo imposto pelas armas ou fama na comunidade.

Visibilidade e respeito são questões recorrentes no discurso dos adolescentes. Como exemplo desta afirmação, em contato com o Plano Individual de Atendimento (PIA), um adolescente relatou o respeito como plano de vida e também como seu “ponto forte”.

Conforme Luiz Eduardo Soares (2000):

A grande luta destes meninos é contra a invisibilidade. Nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece o nosso valor, não preza a nossa existência, não diz a nós que nós temos algum valor, não devolve a nós a nossa imagem fulgida de algum brilho, de alguma vitalidade, de algum reconhecimento. Esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento. O menino negro, pobre, qualquer menino das grandes cidades brasileiras transita pelas ruas invisível. Há duas maneiras de se produzir a invisibilidade. Esse menino é invisível porque nós não o vemos, nós negligenciamos a sua presença, nós o desdenhamos. Ou porque projetamos sobre ele um estigma, uma caricatura, um preconceito. Nós só vemos o que nós projetamos, a caricatura que nós, com os nossos preconceitos, projetamos³⁵. (Soares, 2000)

A busca pela aceitação confirma a imposição social de uma identidade social estigmatizada. Ser aceito ou visível é importante para sentir-se pertencente nesta sociedade. Entretanto, o respeito pela via da infração também possui uma contradição: tanto garante certa visibilidade por representar a figura do “bandido” e “perigoso”, respeito da comunidade onde reside e aceitação dos amigos que compartilham de suas atividades, quanto impõe uma marca social que o exclui de acessar direitos.

Mais a frente tem uns policias que querem esculchar nós. - Adolescente relata os problemas enfrentados com a polícia.

Zamora destaca que a invisibilidade é problema social e político, com bases subjetivas e estruturais. Para a autora:

O preconceito provoca invisibilidade. (...) A invisibilidade pública é uma espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens,

³⁵ Sociólogo Luiz Eduardo Soares ao comentar ação do jovem Sandro em sequestro no Rio de Janeiro. In: **Ônibus 174**. Direção de José Padilha e Felipe Lacerda. Zazen Produções. São Paulo, 2002.

desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio dos demais. Ela é a expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação.

O fenômeno da humilhação social (...) é um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui-se, assim, um problema político. (Vilhena & Zamora, 2011, p.10)

Outro adolescente na entrevista destacou que:

Quando está na vida é respeitado

Essas são motivações reais de um grupo que tem dificuldade de ter direitos nesta sociedade. O apelo é pelo respeito, consumo, participação e garantias de um grupo rotulado. Os atos infracionais possibilitam o respeito e a sobrevivência em sua comunidade, mas os estigmatiza e exclui do acesso a direitos e do conjunto da sociedade.

Para os adolescentes, o que é trabalho? Sustento ou licitude?

O apelo pelo respeito e visibilidade é perceptível ao indagar sobre o que consideram como trabalho. Para eles, destaca-se a imagem e o valor reconhecido socialmente para o trabalho e, em contrapartida, enxergam nas atividades ilegais e informais inferioridade e desonestidade. Para o nosso estudo, não identificamos o trabalho apenas nas atividades socialmente reconhecidas. Todavia, para os adolescentes o que é considerado trabalho?

No questionamento feito aos adolescentes, admitimos múltiplas respostas.

Podemos dividir as respostas sobre o que o adolescente considera como trabalho em dois grandes grupos:

- 1) identifica o trabalho a partir de uma imagem atribuída pela sociedade. Uma imagem de trabalho como emprego, empregabilidade, licitude e formalidade;
- 2) identifica o trabalho como sustento, forma de sobrevivência.

O grupo 1 representa a maioria dos adolescentes. Deste, podemos subdividi-los a partir das respostas dadas. Nove das respostas atribui ao trabalho atividades que sejam legais ou que tenham um cunho de honestidade. As respostas que exemplificam este grupo são:

Uma coisa honesta. Você correndo atrás de emprego... trabalhando com as próprias mãos sem depender de ninguém.

Gente trabalhador, honesto.

Ganhar dinheiro honestamente.

Uma coisa honesta, que ganha meu dinheiro suado.

Ganhar dinheiro honesto. Dinheiro suado.

Surge também a ideia do trabalho como algo que exige esforço, um empreendimento de energia e como algo a se conquistar. Das respostas, cinco correspondem a esta característica:

É ralação. Acordar cedo. Fazer várias coisas que podem estressar e cansar. Responsabilidade com os horários.

Quatro das respostas colocam os direitos trabalhistas e a Carteira de Trabalho como uma das facetas do trabalho. Para eles é:

Acordar cedo. Pegar trem. Carteira assinada.

Três respostas destacam uma profissão, uma carreira. A imagem de trabalho ligado a profissões reconhecidas pela sociedade, tais como Bombeiro, Assistentes Sociais, Advogados, Psicólogos, entre outras. Novamente a visibilidade, respeito e imagem socialmente aceita aparecem no discurso dos adolescentes, só que traduzida pelo ideário de trabalho. Sugerem que:

O seu é trabalho, dos funcionários é trabalho. Penso em coisa honesta.

Uma resposta diz respeito ao grau valorativo dado ao trabalho, como:

Pessoa de bem na sociedade que está correndo atrás para sustentar a família.

No segundo grupo, há aqueles que identificam o tráfico como trabalho, ou seja, algo que os sustenta, garante a sobrevivência, o consumo e que implica em

gastos de energia. Foram cinco respostas que colocaram o tráfico como trabalho. Aliás, para que o tráfico fosse considerado trabalho, foi necessário perguntar de forma direta se ele, o adolescente, consideraria o tráfico como tal. A princípio se apresentou certa resistência dos adolescentes em admitir isso. Contudo, no decorrer da entrevista, apareceram respostas como:

Tráfico é igual um trabalho, só é fora da lei.

Para gente é. É praticamente um trabalho.

Tráfico você cumpre ordens igual um trabalho.

Outros informaram que:

Tráfico é trabalho. Aquilo que você batalha. Tem patrão e responsabilidade.

Acho que o tráfico é trabalho. Também tem responsabilidade....

Os que não consideraram o tráfico como trabalho, destacaram a desonestidade e a ilegalidade como principal motivo para não ser classificado como tal. Responderam que:

Não é trabalho. Não é vida... Ilusão....

Tráfico não é trabalho. Porque pode morrer, estar na cadeira de rodas. No tráfico é perigo.

Ainda que no discurso dos adolescentes o tráfico não apareça de forma expressiva como trabalho, esta pesquisa atribuiu ao tráfico esta característica, conforme já apresentado, uma vez que há transformação de uma matéria prima em valores de uso, circulação de mercadorias e geração de lucros (Marx, 2011, a; Antunes, 2004). Ainda há uma classe pobre que está na base da pirâmide e é a explorada. O tráfico garante acumulações exorbitantes de riquezas para um determinado grupo, enquanto os trabalhadores terminais do produto são os que sofrem as sanções penais e vivem em condições subumanas. (Marx, 2011 [1867], a)

Vivências no mundo do trabalho como egressos do sistema socioeducativo

As experiências de trabalho dos adolescentes enquanto egressos não foram suficientes para mantê-los distantes da infracionalidade, na contramão da tradição histórica de moralidade através do trabalho (Rizzini, 2011). Esta tradição incumbe ao trabalho a função de “tábua de salvação” para um grupo considerado “vagabundo”, “vicioso” e “nocivo”.

Nas entrevistas realizadas, sete adolescentes informaram que trabalharam depois de egressos do sistema socioeducativo. Apenas em dois casos, os empregadores não sabiam de sua passagem pelo sistema; os outros cinco, os empregadores tinham conhecimento de seus envolvimento pregressos em atividades ilegais.

Descrevemos o relato dos adolescentes e suas experiências com o trabalho:

- 1- Um adolescente trabalhou em uma fábrica de cerâmica. Na empresa, várias pessoas eram recrutadas para esta atividade sem qualquer vínculo. Era preciso chegar bem cedo no local de trabalho e aguardar instruções de um encarregado. Uma pessoa ligada à empresa anotava o nome e orientava sobre as atividades. Ao final do dia recebia-se o equivalente a R\$30,00 (trinta reais) pelos trabalhos prestados. Esse adolescente permaneceu por um mês apenas e indicou não ter suportado o fardo do trabalho. O trabalho era muito pesado, cansativo e sua mão encheu de calos. Não teve problemas sobre o ingresso outrora no sistema socioeducativo, porque os empregadores não tinham qualquer interação com os funcionários.
- 2- Um adolescente trabalhou em uma floricultura. Residente da região serrana, desta forma, na procura de emprego, declarava que tinha perdido tudo nas chuvas de 2010. Segundo ele, conseguiu o emprego “(...) *na lábria, cativando as pessoas*”. Não informava que havia passado pelo sistema socioeducativo. Também este não sustentou sua permanência no emprego.

- 3- Outro adolescente conseguiu um emprego onde o irmão trabalhava. Os empregadores sabiam de seu passado e não teve dificuldades. Igualmente, não se sustentou no emprego.
- 4- Um adolescente declarou que trabalhou como padeiro e os empregadores sabiam de suas passagens pelo sistema socioeducativo, mas as investidas de policiais o fizeram abandonar o emprego, conforme já mencionado anteriormente.
- 5- Outro adolescente trabalhou como pescador. Esta atividade era muito cansativa, desta forma não continuou no trabalho.
- 6- Um adolescente trabalhou como ajudante de gesseiro e não teve problemas com os empregadores. Saiu do emprego, porque necessitava trabalhar em outras cidades e a mãe não permitiu estas viagens.
- 7- Outro adolescente trabalhou em lanchonete, porém não manteve o trabalho. A empregadora sabia de sua internação anterior.

Conforme as experiências de vida dos adolescentes, as dificuldades de permanência são expressas pela informalidade do trabalho, desproteção legal e as necessidades reais de sustento e consumo não sanadas pelas atividades empreendidas.

Salários altos no tráfico

No tópico anterior, descrevemos as experiências de trabalho informal dos adolescentes como egressos. Cabe apontar, neste momento, a grande discrepância dos ganhos com o tráfico de drogas, no qual o menor salário estaria em torno de R\$150 (cento e cinquenta reais) por dia e o maior em torno de R\$8000 (oito mil reais) semanais para esta atividade ilegal, conforme explicitaram em entrevistas. Esses ganhos tendem a variar em relação à função, à quantidade de dias disponíveis e ao tamanho da comercialização.

Em uma sociedade em que, no tráfico de drogas, o adolescente ganha, no menor salário, o valor de R\$150 (cento e cinquenta reais) diários e nesta atividade adquire fama, poder, bens, entre outros sonhos palpáveis, a alternativa pela

legalidade não parece ser atrativa, pois representa invisibilidade, falta de acesso aos serviços e ganhos máximos em torno de um salário e meio. Segundo uma Pedagoga do sistema DEGASE, em momento de discussão sobre os adolescentes:

O status do tráfico é o máximo que o adolescente poderia alcançar. Como se fosse o topo do mercado de trabalho almejado. O tráfico é sustento, não trabalho.

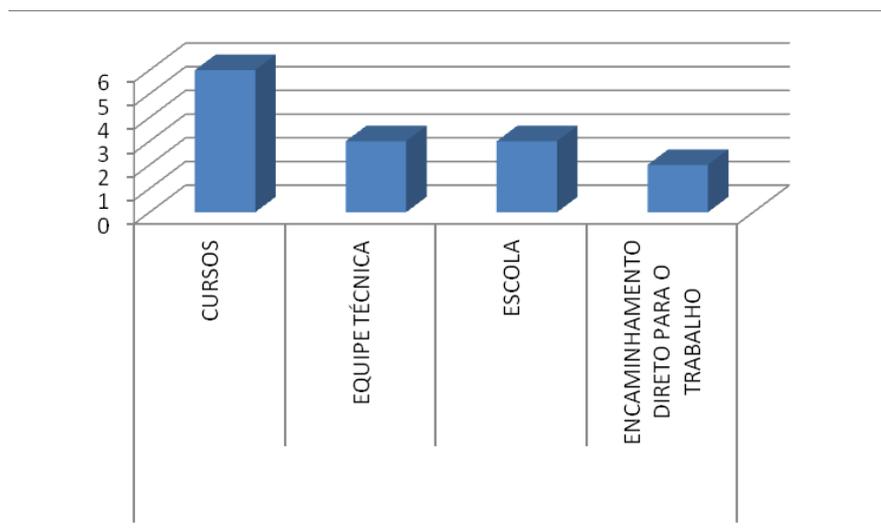
A identidade social estigmatizada torna-se naturalizada para a sociedade: esta identificou um potencial criminoso e eis que ele realmente cumpriu com as expectativas impostas, com o discurso de que as oportunidades de emprego foram-lhes ofertadas, entretanto, não valorizadas e aproveitadas. As entrevistas aqui relatadas apontam que, em todas as atividades laborais ressaltadas no tópico anterior, os adolescentes não possuíam qualquer vínculo ou garantias, muito menos trabalho protegido descrito no ECA.

Aliás, cinco dos adolescentes que estavam trabalhando, citados no tópico anterior, eram os que estavam fora dos bancos escolares, privilegiaram o trabalho à escolarização, o que possivelmente não os garantirá melhores colocações no mundo do trabalho.

Auxílio do sistema socioeducativo

Sobre o trabalho do DEGASE, oito adolescentes entrevistados indicaram acreditar que foram auxiliados pelo sistema, eles destacam como fatores contribuidores: os cursos, seguidos do trabalho da equipe técnica, depois a escola, e por último o trabalho realizado no encaminhamento direto ao mercado de trabalho. Esse quesito também contou com múltiplas respostas.

Gráfico 9 - Trabalho realizado pelo sistema socioeducativo que auxiliou os adolescentes na inserção ao mercado de trabalho, segundo os próprios adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014



Fonte: Guimarães, tabulação própria.

Segundo informam os adolescentes:

O trabalho dos técnicos e a escola mudou um pouco a mente. A questão é lá fora. Passar na 'boca de fumo' e não entrar.

Dos adolescentes que não acreditam terem sido auxiliados, doze acreditam que em nada o sistema os auxiliou na inserção no mercado de trabalho; em sentido extremo, três adolescentes destacam a violência sofrida neste espaço.

Eles fizeram esses cursos para fazer marketing. Pra que eles querem dar curso pra nós se eles dão tapa na nossa cara? Eles querem se promover. Eles querem mostrar para a imprensa. De vilão querem aparecer como bonzinho. Não estão fazendo bem pra nós.

Nada. A escola não ensina nada, quer passar dever de criança. Os cursos são chatos. Se fosse para aprender assim eu comprava um DVD em casa.

Nada disso ajudará na entrevista de emprego.

(Relatos dos adolescentes pesquisados sobre os cursos realizados: Ikebana³⁶, Tie day³⁷ e Pet Shop³⁸)

³⁶ Arte de montar arranjos de flores.

Embora os adolescentes tenham declarado que em nada o sistema os teria auxiliado para a inserção no mercado de trabalho, como já apontado, o DEGASE de uma forma contraditória tem representado a porta de entrada para acessar alguns direitos. Ainda que de uma maneira controversa, utilizando excessivamente a violência, com o encarceramento dos pobres, com a promoção da miséria humana e subjugação dos resistentes.

Em acompanhamento no sistema, o adolescente em certo grau, mesmo que este grau seja precarizado e equivocadamente, passa a ser ouvido por profissional qualificado e tem a possibilidade de acesso a alguns direitos antes negados, com um trabalho voltado para a sua escolarização, retorno à convivência familiar e comunitária, saúde, profissionalização, entre outros. Todavia, o ingresso de jovens no sistema não é capaz de romper com a subalternidade³⁹.

Quando ingressam no sistema socioeducativo para o cumprimento de medida socioeducativa por cometimento de algum ato infracional, alguns adolescentes terão pela primeira vez acesso a certos serviços básicos, tais como de: Assistência Social, educação, profissionalização, saúde e oportunidade à convivência familiar, com os quais a família deveria ter acesso de forma preventiva. Devido à ineficiência do Estado em garantir tais serviços, estes adolescentes só os têm acessíveis a partir do cometimento de atos ilícitos, como forma de sobrevivência em uma sociedade pautada na exploração do trabalho e no consumo, em uma inversão de valores.

Vera M. Batista descreve o conceito desenvolvido por Nilo Batista de “cidadania negativa”. Para a autora, o grupo em vulnerabilidade que possui um passado de escravidão e na contemporaneidade representa os marginais só teve o acesso ao avesso da cidadania. Estes “só conhecem o avesso da cidadania através dos sucessivos espancamentos, massacres, chacinas e da opressão cotidiana dos organismos do sistema penal” (Batista, 2003, p.133).

³⁷ Técnica simples para tingir tecidos.

³⁸ Curso que ensina a cuidar, tosar e banhar cães e animais domésticos.

³⁹ Cabe registrar que, por classe subalternizada, compreendemos com base em Gramsci: “(...) o elemento da espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’ e que, por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância (...)” (Gramsci, 2002, p. 194)

É notório que neste espaço impera a violência, coerção, subalternidade, estigmatização, culpabilização, sistemas frágeis e insuficientes, serviços precarizados. Mas não é ele o responsável pelas mazelas dos adolescentes que ingressam ali. Ele representa mais um aparato de docilizar os corpos e discipliná-los para o sistema. Este espaço também proporciona ingresso em sistemas de proteção e acesso a serviços e direitos. É paradoxal pensar que, para ter direitos, o adolescente precisa perder o direito à liberdade e provocar violência.

Não é o objetivo “demonizar” ou “suavizar” a responsabilidade do sistema socioeducativo. A compreensão é de que o sistema faz parte de uma lógica superior ao âmbito apenas da socioeducação. Funcionário da EJLA, ao referir-se à falência dos sistemas de proteção, discorre que:

Quando o adolescente chega aqui significa que todo o resto falhou.

Conforme Rusche & Kirkchheimer, não há como refletir sobre o sistema penal e, para o caso deste estudo, o socioeducativo sem situá-lo na totalidade. É necessário pensar como um aparato coletivo.

O sistema penal de uma dada sociedade não é um fenômeno isolado sujeito às suas leis especiais. É parte de todo o sistema social, e compartilha aspirações e seus defeitos. (...) A futilidade da punição severa e o tratamento cruel podem ser testados mais de mil vezes, mas enquanto a sociedade não estiver apta a resolver seus problemas sociais, a repressão, o caminho aparentemente mais fácil, será sempre bem aceita. Ela possibilita a ilusão de segurança encobrindo os sintomas da doença social como um sistema legal e julgamentos de valor moral. (Rusche & Kirkchheimer, 2004, p.282)

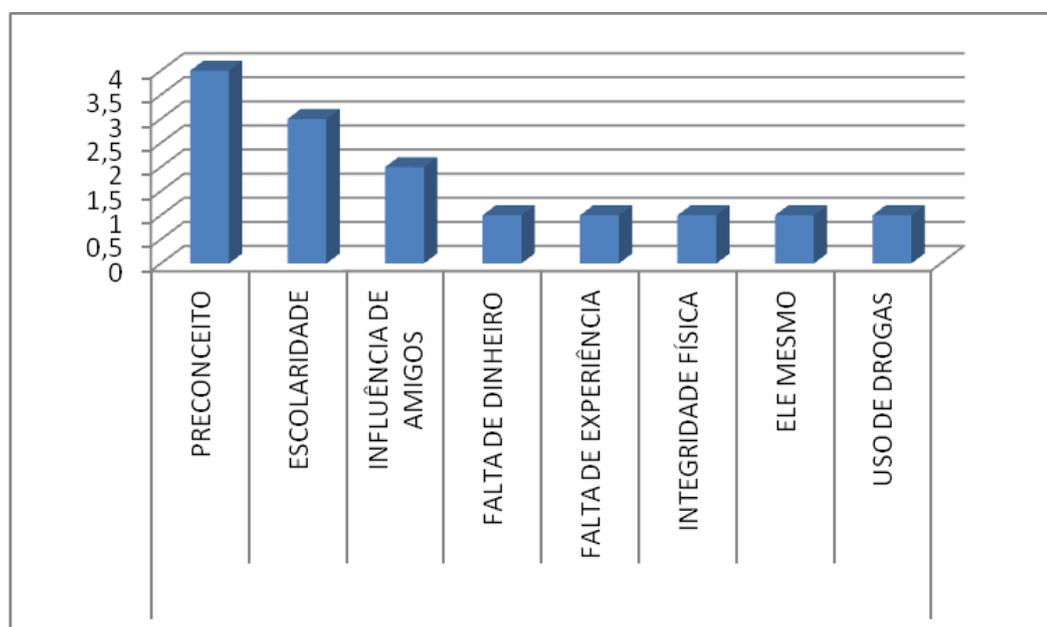
Foram apresentados dados da pesquisa que ilustram a assertiva de uma lógica invertida de acesso aos direitos, somente quando o direito à liberdade é cerceado.

Em face ao exposto, que possibilidades reais podem ter esses adolescentes na inserção ao mercado de trabalho?

A pesquisa apresentou sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho que onze dos adolescentes relataram ainda não vislumbrar possibilidades, enquanto nove relataram que existiria possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Cabe registrar, contudo, que estas possibilidades não são efetivas; são anseios ou projetos que deverão ser mais bem acertadas quando forem egressos. Eles podem contar com auxílio de parentes, amigos e encaminhamentos do DEGASE.

De acordo com a exposição do mercado de trabalho atual, as experiências de adolescentes enquanto egressos e a identidade social estigmatizada imposta, quais são as reais possibilidades para estes adolescentes? Vislumbramos grandes dificuldades nesta inserção e os adolescentes também. Em entrevista, eles apontam o preconceito como principal fator dificultador, seguido de falta de escolaridade, depois influência de amigos. Por último, seguem: uso de drogas, falta de dinheiro, inexperiência profissional, a importância de se proteger através do tráfico pelas ameaças de morte e seu esforço pessoal – como uma culpabilização de si mesmo.

Gráfico 10 - Dificuldades para a conquista de emprego, relatadas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Escola João Luís Alves, entrevistados em janeiro de 2014



Fonte: Guimarães, tabulação própria.

Para eles:

Dificuldade de ser um ex-interno.

Os caras [policiais] falaram que onde me ver vão me queimar.

Destacamos também o ciclo de reincidência como entrave para esta inserção. Identificamos como reincidência não apenas o retorno ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, mas o retorno no cometimento de atos infracionais e a determinação judicial de cumprimento de qualquer medida socioeducativa. Conforme já descrito, oito dos adolescentes entrevistados estavam pela primeira vez em internação; doze eram reincidentes na internação. Porém quinze adolescentes já estiveram em cumprimento de outras medidas socioeducativas.

Desses doze, quatro adolescentes possuíam duas passagens pela internação; quatro adolescentes indicaram três passagens pela medida de internação; e três adolescentes tiveram quatro, cinco e seis passagens pela internação, respectivamente.

Constamos um ciclo de reincidência importante. Há uma dificuldade em garantir programas e projetos ao egresso. Muitos adolescentes relatam dificuldade em cumprir a semiliberdade ou as medidas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade - e a evasão é recorrente.

Adolescente com treze passagens pelo sistema socioeducativo, desde seus 7 anos em situação de rua, relata que:

Só tenho o caminho do roubo.

Outro adolescente com dezoito passagens pelo sistema socioeducativo possui questões de saúde mental e tem dificuldade em cumprir as medidas de semiliberdade e em meio aberto. Não sustenta inclusive a permanência em cursos ou escola dentro das unidades fechadas. A reincidência torna-se constante na vida deste adolescente. Aos 19 anos, declarou que esperava não parar no sistema penal.

Outro adolescente lembra que:

Nem sempre podemos trabalhar no que gostamos.

Também gostaria de trabalhar com terno e gravata.

Como direção, muitos adolescentes têm seguido a alternativa de reinserção nos atos infracionais. Não vislumbram outras possibilidades. Conforme Bauman (2005), a identidade é construída a partir do que possuem à mão.

Diante do cenário apresentado sobre a sociedade brasileira, no horizonte apresentam-se alternativas restritas aos egressos do sistema socioeducativo. As ações governamentais para o atendimento aos pobres, segundo Wacquant, tendem:

A ser informadas pela mesma filosofia behaviorista, que se vale da dissuasão, da vigilância, do estigma e de sanções gradativas para modificar a conduta. O bem-estar social renovado como trabalho social e a prisão despida de sua pretensão reabilitadora formam nas fissuras e trincheiras da metrópole dualizadora. Eles trabalham em conjunto para invisibilizar populações problemáticas, obrigando-as a sair das listas de ajuda pública, por um lado, e mantendo-as atrás das grades, por outro, e, no longo prazo, empurrando-as para os setores periféricos do florescente mercado do trabalho secundário. (Wacquant, 2012, 14)

Diante do quadro social traçado, as chances dos adolescentes estarão ainda mais restritas por terem uma identidade social duplamente estigmatizada, representada pela classe que mais sofre com a crise do trabalho e sendo adolescentes que já estiveram no sistema socioeducativo.

5 Considerações finais

A coragem nada mais é que a vontade mais determinada e, diante do perigo ou do sofrimento, mais necessária (...) mas a coragem está no desejo, não na razão; no esforço, não no ditame. Trata-se sempre de perseverar em seu ser, e toda a coragem é feita de vontade (...) um começo sempre recomeçado, apesar do cansaço, apesar do medo, e por isso sempre necessário e sempre difícil (...). Como toda a virtude, a coragem só existe no presente (...), se trata de ser corajoso, não amanhã ou daqui a pouco, mas “no ato”.

André Comte-Sponville

A pesquisa buscou apreender as perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa sobre sua inserção no mundo do trabalho. Essas perspectivas estão fundamentadas nos elementos sócio-históricos que circundam os contextos de vulnerabilidade vivenciados pelos referidos protagonistas.

O aprofundamento da discussão possibilitou identificar o trabalho como uma atividade específica do homem, que ocupa uma função central na sociedade. Por meio da transformação da natureza em valores de uso, o indivíduo garante uma existência social e cria condições para a construção do ser social. Portanto, o trabalho é uma condição fundamental para as relações sociais e torna-se essencial na vida dos sujeitos, inclusive para os adolescentes alvos da pesquisa.

O painel social contemporâneo revela novas configurações para o trabalho com aprofundamento do desemprego, do subdesemprego, da informalidade, da rotatividade, da precarização, dos rebaixamentos dos salários e das flexibilizações nos postos de trabalho. Estas transformações são agregadas ao acirramento das desigualdades, ao agravamento da questão social e à restrição de direitos.

A restrição dos direitos pode ser percebida nos programas da política social de enfrentamento à pobreza. O Pronatec, o Brasil Carinhoso, o PETI e o Projovem Adolescente são serviços focalizados na extrema pobreza e, na verdade, ofertam direitos que deveriam ser universais. O discurso é de ampliação do acesso aos serviços, entretanto, a profissionalização e a capacitação, a educação infantil e

fundamental, a erradicação do trabalho de crianças e a proteção a situações de riscos compõem os princípios da Proteção Integral, princípios estes que devem ser assegurados a todas as crianças e adolescentes, não apenas aos que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza.

As dificuldades de inserção no mundo do trabalho, diante da crise estrutural, são intensificadas para um grupo marcado pela miséria e pobreza, pela segregação no espaço urbano, pela violência e pelas dificuldades de acesso aos serviços, tais como: escolarização, saúde, documentação civil, Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos. Estas marcas categorizam um grupo social, estigmatiza-o; identifica-o com uma característica negativa devido ao lugar social que ocupa, ou seja, possuem uma identidade social estigmatizada.

A identidade social estigmatizada é uma categorização pejorativa conferida pela sociedade a um determinado grupo que não está adequado às determinações da hegemonia. Esta categorização possui uma raiz histórica e cultural de uma classe de dominadores que se sobrepõe a uma classe de dominados.

Para o grupo estigmatizado, são reduzidas as oportunidades e possibilidades de vida; suas escolhas estão fundamentadas nas oportunidades de sobrevivência que possuem. Deste modo, diante das transformações no mundo do trabalho e da imposição desta identidade social, os adolescentes alvos do estudo têm suas alternativas principalmente nos trabalhos ilegais e informais.

Vale salientar que, para este estudo, o tráfico de drogas e as atividades informais são trabalhos, ainda que trabalhos improdutivos. Estes trabalhadores formam o “exército industrial de reserva”, não garantem de forma direta a constituição de mais valia, entretanto, proporcionam a circulação de mercadorias e mantêm/fortalecem o modo de produção capitalista.

Os adolescentes carregam uma imagem socialmente imposta sobre o mundo do trabalho, portanto, grande parte do grupo pesquisado considera como sustento as atividades ilegais, e trabalho apenas atividades com um cunho de honestidade ou licitude, aceitas pela sociedade.

A pesquisa comprovou que são os trabalhos ilegais e informais, mesmo antes do cumprimento de qualquer medida socioeducativa ou enquanto egressos do sistema socioeducativo, os únicos a absorver os adolescentes pobres no mundo

do trabalho. As experiências de trabalho vivenciadas ratificam a exposição dos contextos de vulnerabilidade e desproteção de uma classe social.

Foi constatado que as motivações para a infracionalidade estão relacionadas ao pertencimento em uma sociedade capitalista com relações imediatas. Para um grupo com uma identidade social estigmatizada, visibilidade, respeito e o consumo são características importantes em uma sociedade que o estereotipou, excluiu dos direitos, inculcou uma imagem de perigoso e não elegíveis ao mercado de trabalho formal.

Diante da necessidade de contenção de uma população “supérflua”, que foi orientada a buscar alternativas não aceitas pela sociedade para sobreviver, o sistema socioeducativo cumpre uma função simbólica e material para o encarceramento. Cabe a ele corroborar também para a ordem social vigente com a subalternidade das classes, sancionar a função de poder e controle, manipular os sujeitos e modelá-los, garantir a produção material e controlar as tensões.

Há, contudo, uma contraditoriedade no sistema socioeducativo. Mostra-se como um aparato paradoxal, pois ao passo que está incumbido a encarcerar uma determinada classe social, também funciona como garantidor de direitos. Pelos dados foi possível identificar que os adolescentes só possuem acesso a certos direitos através da restrição do direito à liberdade, funcionando, por vezes, como porta de entrada para os serviços e políticas públicas.

É possível, em face ao exposto, identificar que as possibilidades para os adolescentes que possuem uma identidade social duplamente estigmatizada pelo contexto vivenciado e pelo ingresso no sistema socioeducativo estão, a cada dia, mais vinculadas a um contexto de conquistas imediatas.

O mercado de trabalho formal não apresenta alternativas de incorporação desta massa de trabalhadores que foram rechaçados de uma escolarização e profissionalização de qualidade e empurrados cada vez mais cedo para a execução de atividades como complemento da renda familiar.

Ainda, assim, a necessidade de resistir e sobreviver possibilitou a alguns adolescentes garantir a existência nestas relações de sociabilidade. Corroborando com esta análise, o adolescente em atendimento no sistema socioeducativo declara que o seu objetivo no tráfico de drogas é a construção da casa de sua mãe. A casa

desabou por conta das fortes chuvas ocorridas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2011. Coube ao poder público garantir o direito à moradia, com a construção de casas, porém as manchetes de corrupção com as verbas disponibilizadas ecoam até hoje nas manchetes dos jornais⁴⁰. Em atendimento, o adolescente relatou que seu objetivo no tráfico é terminar a casa da mãe, fazer uma casa para ele e construir outras casas para alugar e viver da renda.

Cabe a pergunta que atravessou toda a pesquisa: Que perspectivas os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa têm em relação à sua inserção no mundo do trabalho? Quais projetos de vida estão equivocados? Por que a alternativa de sustento no tráfico está equivocada? Que possibilidades podem ter um grupo que foi condenado a alternativas restritas? Quem, verdadeiramente, está infringindo as leis? Por que a estratégia de sobrevivência destes adolescentes ante uma sociedade desigual está errônea? Qual projeto de vida está correto?

Mais do que respostas, este estudo suscitou inquietudes e reflexões sobre o lugar que a sociedade direcionou os adolescentes pobres. Ainda que sejam poucas as possibilidades como egressos do sistema socioeducativo, identificar que um grupo com poucas alternativas ainda resiste, luta e reivindica melhores condições é encorajador, estimula a prosseguir.

⁴⁰ Essas são algumas manchetes sobre a situação de corrupção na região serrana. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-nova-friburgo-corrupcao-derruba-mais-um-prefeito-da-regiao-serrana-do-rio>>, acesso em 04 de junho de 2013.
Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/teresopolis-enfrentou-chuvas-corrupcao-no-ano-passado-4517482>>, acesso em 04 de junho de 2013.
Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mp-apura-denuncia-de-corrupcao-na-regiao-serrana-do-rj,743343,0.htm>>, acesso em 04 de junho de 2013.

6

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. A era da informalidade e a época da informalidade: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Orgs.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. **Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho**. 31º encontro anual da ANPOCS, Seminário Temático n. 34, Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

ARANTES, E. M.; VAZ, P. Entre a delinquência e o risco. Notas sobre a infância no contemporâneo. In: BATISTA, V. M. (Org). **Loïc Wacquant: e a questão penal capitalismo neoliberal**. Tradução Sergio Lamarão. Rio de Janeiro, Revan, 2012, p. 77-86.

BARROCO, M. L. S. O novo Código de Ética profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 41, São Paulo, Cortez, 1993, p. 158-162.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2003.

_____. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. **Identidade: entrevista a Benedeto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2009.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 9ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 2011.

BRANDT, F. **Crise pode afetar o futuro dos mais pobres**: Má nutrição, mais mortes de crianças e aumento no trabalho infantil são os impactos da turbulência econômica em longo prazo, diz estudo. Notícia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1717>. 2009>. Acesso em: 16 jan. 2011.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei n.º 5.452, Brasília, 1943.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de * de julho de 1990, Brasília, 1990.

_____. **Indicadores Sociodemográficos e de saúde no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasília, 2009.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome**. Notícias de 2011. <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/bravas-mulheres-do-bolsa-familia>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Portaria nº- 867 de 4 de Julho de 2012. Ministério da Educação. Disponível em <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. **Regulamento da Escola João Luiz Alves**. Decreto nº. 17.508 de 4 de Novembro de 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17508-4-novembro-1926-501243-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Conanda), 2006.

_____. **Todos pela Educação**. Dados sobre educação no Brasil. 2011. Disponível em <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>> Acesso em: 16 de jan. 2014>. Acesso em: 20 de abril 2014.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: **Mercado de trabalho conjuntura e análise**. Brasília, Ipea, nº 53, 2012, p. 37-44,

CASSAB, M. A. T.; CASSAB, C. Jovens e Oportunidades: a desnaturalização da cidade desigual. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Editora Cortez, n. 83, ano XXVI, 2005.

CASTEL. R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes, 1998.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA (CIEPI). **Infância e juventude em números**. Disponível em <<http://www.ciespi.org.br/bases-de-dados/infancia-e-juventude/infancia-e-juventude-em-numeros>> Acesso em: 24 fev. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional** – A execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Brasília, Conselho Nacional de Justiça, 2012.

_____. **Programa Justiça ao Jovem**. Disponível em: <http://wwwh.cnj.jus.br/portal/images/programas/justica-ao-jovem/relatorio_final_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

DESLANDE, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIMENSTEIN, M.; ZAMORA, M. H.; VILHENA, J. de. Da Vida dos Jovens nas Favelas Cariocas: Drogas, Violência e Confinamento. In: **Revista do Departamento de Psicologia (UFF)**. Rio de Janeiro, v. 16, 2004, p. 23-40.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed, Rio de Janeiro, LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, v. 5. 2002.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira do Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano III, nº 3, Janeiro a Junho de 2001, p 10-30.

_____. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8ª edição, São Paulo, Cortez, 1991.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Globo RJ**: Trabalho infantil está presente em 12 cidades de IDH muito alto. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19262>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____. **Justiça infantojuvenil**: situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de Pesquisa. Brasília, IPEA, 2012.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (Org.). **Estado e políticas sociais no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A. R. (Org.). **Família**: Redes laços e políticas públicas. 5ª Edição, São Paulo, Cortez, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 29. Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, Livro I, a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 29. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, Livro 2, b.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã (Feuerbach)**. Tradução do alemão por José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. Edição, São Paulo, Hucitec, 1999.

MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Trabalho e indivíduo social**. 5ª. Edição, São Paulo, Cortez, 2012.

MELO, Z. M. Estigmas: a deterioração da identidade social. In: **Seminário Internacional sobre Sociedade Inclusiva**. Anais do seminário internacional sobre sociedade inclusiva, 1999. Belo Horizonte / MG, 1999. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do Capital. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006

MOREIRA, C. A. B. D. **Ao encontro dos meninos**: a configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994-2002). Dissertação de Mestrado, PEPG da Escola de Serviço Social da UFF, RJ, 2005.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da Assistência Social**. 4ª Edição, São Paulo, Cortez, 2010, p.133-146.

_____. A centralidade da assistência social e a seguridade social brasileira nos anos 2000. In: _____. (Org.). **O mito da Assistência Social**. 4ª Edição, São Paulo, Cortez, 2010, p.133-146.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Crime organizado transnacional gera 870 bilhões de dólares por ano, alerta campanha do UNODC**. Notícias de 2012 disponível em: <<http://www.onu.org.br/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social - notas para uma análise prospectivo da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 50, abr. 1997, p. 87-132.

OLIVEIRA, O. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo, LTr, 2009.

PADILHA, J. **Ônibus 174**. [Filme-vídeo]. Direção de José Padilha. Zazen Produções. São Paulo, 2002.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Orgs.). **A arte de governar Crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª Edição, São Paulo, Cortez, 2009.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

RAMALHO, C. da C. **A lei geral da acumulação capitalista e a superpopulação relativa**: repensando as relações de trabalho dos migrantes temporários. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Realizado em 10 a 13/09/2013.

RITTER, C. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei**: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo? Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. 284p.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª Edição, São Paulo, Cortez, 2011.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2004.

SECRETARIA EXECUTIVA FÓRUM NACIONAL DCA. **Projeto de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Dados disponíveis em: <<http://www.monitoredireitos.org.br/pesquisa/resultado/dimensao/justica>> Acesso em: 24 jul. 2013.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2009.

SIQUEIRA, R. de; CARDOSO, H. **O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana.** Disponível em: <http://imagonautas.gceis.net/sites/imagonautas.gceis.net/files/images/6._de_siqueira_y_cardoso.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2013.

SOARES, A. B. (Org.); RIZZINI, I.; BUSH, M. (Coord.). **Juventude e eles com o mundo do trabalho: retratos e desafios.** São Paulo, Cortez; Campinas, CIESP; Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SBDCA). **CADÊ 2012 - Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas.** Brasília, 2012.

SOUZA, D. C. C. de. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx.** n. 2, 2005, p.115-119.

_____. Sindicalismo, superpopulação relativa e formas de luta no Brasil e na Argentina. **Plural.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.1, 2012, pp.119-134.

UOL. **Mulher chefe de família é a que trabalha mais, em casa e no emprego, diz Ipea.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/11/mulher-chefe-de-familia-e-a-que-trabalha-mais-em-casa-e-no-emprego-diz-ipea.htm>> Acesso em: 24 dez. 2013.

VILHENA, J. de.; ZAMORA, M. H. ; ROSA, C. M. . **Da lei dos homens à lei da selva.** Sobre adolescentes em conflito com a lei. Rio de Janeiro, Trivium (Online), v. III, 2011, p. 27-40.

VOLTOLINI, A. Observatório de favelas. **Dez mil mortes em dez anos:** Dados coletados pelo sociólogo Michel Misse, em parceria com a OAB/RJ, mostram um número absurdo de mortes decorrentes de atos de resistência e de desaparecimentos no Rio de Janeiro entre 2001 e 2011. Notícias de 2013 disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/10-mil-mortes-em-10-anos/>>. Acesso em: 10 abril. 2013.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto.** Tradução de P. C. Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/ Revan, 2003.

WASELFISZ, J. J. **Homicídios e juventude no Brasil**: Mapa da Violência 2013. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Brasil, 2013

_____. **Violência 2012**: A cor dos homicídios no Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Brasil, 2012.

ZAMORA, M. H. Desigualdade Racial, Racismo e seus Efeitos. Fractal. **Revista de Psicologia**, v. 24, 2012, p. 563-578.

7 Anexos

7.1. Anexo I - Plano da pesquisa de campo

- Público:

1) Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação;

2) Local: Escola João Luiz Alves – DEGASE;

3) Com idade entre 16 a 21 anos - O estabelecimento desta idade se dá pelas condições especiais na legislação brasileira. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigos 60 a 69 que regulamentam as relações de trabalho, a partir dos 16 anos o adolescente pode trabalhar desde que se assegure o seu pleno desenvolvimento. Além disso, os jovens podem cumprir medida socioeducativa até os 21 anos de idade, desde que o ato infracional tenha ocorrido antes dos 18 anos de idade;

4) Residentes na Cidade do Rio de Janeiro;

5) Com experiência anterior de trabalho formal ou informal, inclusive atividades ilegais que eles considerem como trabalho;

6) Reincidentes, ou seja, adolescentes que já estiveram em cumprimento de medida de internação anteriormente e retornaram pelo menos por uma vez, ou seja, dois ingressos em unidade de internação.

- Questões a serem aprofundadas na pesquisa:

1) Quais são os reflexos da identidade social estigmatizada atribuída ao adolescente e com frequência apropriada por ele, como “marginal”, “avesso ao trabalho”, “vagabundo” e “menor”, para a sua inserção no mundo do trabalho?

2) Quais são as perspectivas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação para inserção no mundo de trabalho?

3) Quais os contextos - sejam eles episódios, acontecimentos e situações - que marcaram os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em suas trajetórias de vida? Como estes fatos foram importantes para o desenvolvimento da identidade social estigmatizada? Estes fatos produziram alguma dificuldade para a inserção no mundo do trabalho? Como?

- Métodos:

1) Levantamento e escolha dos adolescentes alvo da pesquisa;

2) Análise bibliográfica: dados estatísticos; conceitos; aportes teóricos; dimensionamento da pesquisa.

3) Entrevista com os adolescentes público alvo (Roteiro de entrevista com os adolescentes);

4) Observação na instituição e desenvolvimento de diário de campo;

- Operacionalização:

1) As entrevista não serão gravadas, apenas transcritas em diários de campo;

2) As observações serão transcritas em diário de campo;

3) Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4) Aos adolescente com idade entre 16 e 18 anos solicitaremos assinatura dos referidos documentos pelos responsáveis.

5) Solicitaremos autorização ao Juizado da Infância e Juventude do Rio de Janeiro.

- Categorias

• Identidade social estigmatizada - Compreende-se a identidade como algo construído, principalmente pelas condições objetivas a que os sujeitos foram expostos. Os adolescentes, alvo do estudo, não fizeram escolhas conscientes pelas trajetórias de vida, foram empurrados como alternativa de sobrevivência em uma sociedade que o estigmatizou, o categorizou e negou o direito a ter direitos.

• Mundo do trabalho – Adotaremos como mundo do trabalho qualquer atividade que o adolescente identifique como trabalho e que gere lucro, ainda que esta atividade seja formal, informal ou ilegal.

- Perspectivas de progressão de medida socioeducativa – Quais serão as expectativas do adolescente em seu retorno à sua comunidade.

- Passos da pesquisa:

1) 1º dia – Entrada no Campo

Analisar o funcionamento da Unidade, com o propósito (a tentativa) de observar o familiar (Gilberto Velho, 1978; Roberto da Matta);

Objetivos: a) Identificar a rotina e funcionamento da Unidade;

b) observar a relação dos funcionários com os adolescentes;

c) perceber como transparece a identidade social estigmatizada no espaço, imposta e por vezes apropriada pelos adolescentes;

d) observar a participação dos adolescentes em atividades dentro da unidade e se a identidade social estigmatizada transparece neste espaço.

2) 2º dia – Primeiros Passos

Pesquisar os perfis dos adolescentes inseridos na unidade.

Objetivo: a) Pesquisar as características dos adolescentes inseridos na Unidade e selecionar aqueles com perfil para a pesquisa.

A Unidade possui uma ficha de recepção. Esta ficha é realizada no momento do ingresso do adolescente à Unidade. Esta ficha será utilizada como primeira fonte de triagem.

3) 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º dia – Entrevista com os adolescentes alvos da pesquisa:

- Explicar o objetivo da pesquisa e como esta acontecerá.

- Solicitar permissão para a pesquisa.

- Iniciar o preenchimento do questionário.

Objetivos: a) Identificar o perfil de cada adolescente selecionado;

b) Identificar sua situação socioeconômica, as trajetórias de vida e de sua família;

c) Pesquisar sua relação com o trabalho e ato infracional;

d) Pesquisar como a relação entre a identidade social estigmatizada e o acesso ao mundo trabalho, com o foco nas possibilidades e dificuldades;

e) Identificar quais são as perspectivas do adolescente na progressão de medida, no retorno a comunidade, em relação a inserção no mundo do trabalho.

f) Identificar quais foram suas tentativas de inserção no mercado de trabalho após o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação.

7.2

Anexo II - Roteiro de entrevista com os adolescentes

Idade: _____ Raça/Cor: _____

Escolaridade: _____

Está matriculado? _____

Se não porquê? _____

Fez algum curso profissionalizante? _____

Quais? _____

- **Sociofamiliar**

Com quem você mora? _____

Quem do seu núcleo familiar trabalha e em quais atividades? _____

São beneficiários de algum Programa Social: _____ Qual? _____

Renda Familiar: _____

Possui filhos? _____ Quantos? _____

Residia com: Os responsáveis Companheira Ruas

Característica da moradia? Alugada Própria Cedida

- **Sobre o Ato Infracional**

Data de Ingresso: _____
Ato infracional: _____
Comarca ou Bairro: _____
O que motivou o Ato? _____ _____
Quantas passagens: _____
Unidades: _____
Idade do 1º Ato infracional: _____
Local do 1º Ato infracional: _____

- **Sobre o Trabalho**

O que você considera como trabalho? _____ _____
Por quê? _____ _____
Já trabalhou? _____
Qual tipo de vínculo? _____
Qual tipo de atividade remunerada já exerceu (legal ou ilegal)? _____ _____ _____
Período? _____
Remuneração? _____
O que você espera fazer ao sair da Unidade? _____ _____ _____
Quais serão os empecilhos para realizar estes objetivos? _____ _____ _____
Em relação ao trabalho quais são suas perspectivas ao sair da Unidade? _____ _____ _____

Em sua experiência de egresso como foi a possibilidade de inserção no mercado de trabalho? _____

Os empregadores sabiam que você já havia passado pelo sistema socioeducativo? Como foi a aceitação deles? _____

Como você visualiza a sua entrada no mercado de trabalho? _____

O que dificulta para esta inserção no mercado de trabalho? _____

Você possui algum familiar ou alguma rede que lhe auxiliará na inserção no mercado de trabalho? _____

O que o sistema socioeducativo proporcionou para auxiliá-lo nesta inserção no mercado de trabalho? _____

7.3.**Anexo III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO

DISSETAÇÃO: “Inserção no mundo do trabalho: as perspectivas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação marcados por uma identidade social estigmatizada”

Prezado(a) Senhor (a):

Sou estudante do curso de pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que analisará as perspectivas dos adolescentes reincidentes em cumprimento de medida socioeducativa na Cidade do Rio de Janeiro para a inserção no mundo do trabalho. A proposta é compreender como os adolescentes vislumbram o acesso ao mundo do trabalho, os adolescentes que já cumpriram uma medida socioeducativa de internação e retornaram ao sistema socioeducativo.

Sua participação consistirá em conversar com a pesquisadora seguindo um roteiro de perguntas previamente elaboradas. Você tem o direito a não responder a qualquer uma das perguntas. A conversa será parcialmente registrada por escrito pela pesquisadora. A conversa não será gravada. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Esta pesquisa não oferece qualquer risco para a sua relação social, familiar, sua segurança nem para a sua saúde. A pesquisa será divulgada em meios acadêmicos, científicos e outros que contribuam para a sua disseminação, além da versão da Dissertação na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado, para a produção de conhecimento científico e para o aperfeiçoamento do atendimento a outros adolescentes. Você receberá uma cópia

deste termo onde consta o telefone da pesquisadora e do comitê responsável pela pesquisa podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone; 82544032 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRJ: (21) 3527-1619.

Atenciosamente

Joyce Ferreira Guimarães

Mat. 1211320

Local e data

Irene Rizzini

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

Nome e assinatura do Responsável Legal

Local e data